

Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula 210
6 de julho de 2013

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.
Por favor, não cite nem divulgue este material.

Boa noite a todos, sejam bem-vindos.

Por uma coincidência, eu estou anunciando o curso Sociologia da Filosofia e alguém colocou no meu Facebook um link para uma pesquisa feita entre centenas de filósofos, para ver mais ou menos quais são as suas posições com relação a alguns problemas clássicos da filosofia, como, por exemplo, se existe ou não o conhecimento *a priori*, a questão do realismo e nominalismo, se existe valor estético ou não, e assim por diante. E as respostas têm uma constância muito notável, a distinção entre a maioria e a minoria é bastante nítida — em geral, 70% diz uma coisa e 20% ou 10% responde outra —, de modo que isso caracteriza a existência de uma espécie de mentalidade comum aos professores de filosofia no mundo anglo-saxônico. Porque não se pode esquecer que, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos, um filósofo estrangeiro só entra depois de cinquenta anos, e depois de ter feito um sucesso enorme, ganhar o prêmio Nobel ou matar a mãe, alguma coisa assim que chame muita atenção. Só então os caras percebem que o neguinho existe, como perceberam, por exemplo, com um formidável atraso, Henri Bergson. E o Louis Althusser também: quando ele matou a mulher, aí eles ficaram sabendo e começaram a se interessar. O filósofo estrangeiro, para ser notado aqui [nos Estados Unidos], precisa fazer realmente alguma coisa fabulosa, de bom ou de mau.

Os alunos estão vendo estes microfones? Espero que não, porque estão em uma situação tão miserável... Outro dia um sujeito, vendo aqui a tela, viu que estão faltando os puxadores nos arquivos e disse: “Isto aí é casa de pobre!”. Isso é porque ele não viu os nossos microfones. O difícil é mantê-los em pé; eles estão precisando de um viagra.

Então, essa uniformidade das respostas vai facilitar muito o meu serviço no curso Sociologia da Filosofia, porque é óbvio que essa constância, essa homogeneidade do pensamento, é quase que inevitável, na medida em que a filosofia se transformou em uma profissão universitária e essas pessoas todas pertencem à mesmíssima classe social, freqüentam o mesmíssimo meio, lêem as mesmíssimas coisas e têm satisfações a prestar aos mesmos superiores hierárquicos. Eu já assinalei em aulas anteriores que, a partir do surgimento do

regulamento da universidade de Paris, em mil duzentos e pouco, a filosofia começa a se constituir como profissão, e que o primeiro resultado disso é a eclosão de uma espécie de revolta dos filósofos não universitários que começam a aparecer no renascimento, como Francis Bacon ou René Descartes. O próprio Leibniz nunca foi professor universitário.

A filosofia, ao longo do tempo, às vezes se concentra na instituição universitária, às vezes se dispersa por um meio mais informal, e isso, evidentemente, tem reflexos óbvios no seu conteúdo. Não que esse conteúdo seja inteiramente determinado pelo meio social, mas acontece que, na hora em que se constitui um meio social profissional e estatutariamente definido, existe naturalmente a seleção das pessoas cuja opinião conta; e essa seleção só vai pegar pessoas daquele mesmo meio. Não é um determinismo social, mas uma espécie de profecia autorrealizável: se apenas pessoas que pensam como os professores são aceitas no meio, as gerações seguintes também pensarão como os professores; e se houver idéias ou abordagens que sejam muito diferentes, ou que soem estranhas, serão ignoradas. Não é que a condição social determine as idéias, mas ela determina a seleção daquilo que será examinado em seguida. É realmente uma profecia autorrealizável: “Nós só colocamos aqui pessoas que pensam como nós; resultado: todo mundo que está aqui pensará como nós”. Não precisa ser muito esperto para perceber que uma coisa dessas acontece, não há nenhum mistério sociológico aí.

Esse assunto é muito útil para nós, porque as circunstâncias que geraram, produziram ou, pelo menos, inspiraram o aparecimento deste curso têm a ver exatamente com o fato de esse mecanismo de seleção e uniformização do pensamento universitário ter se tornado, ao longo das últimas décadas, muito mais eficiente. Comparando a filosofia da primeira metade do século XX com a da segunda metade e até agora, vê-se que o elemento de burocratização e de controle burocrático se tornou muito mais eficiente, muito mais presente e muito mais determinante. Nunca foi tão fácil quanto hoje criar uma uniformidade de pensamento em um meio que está profissionalmente homogeneizado. Nas universidades do ocidente, das democracias ocidentais, há hoje meios de controle tão eficientes quanto os que havia na União Soviética (não, evidentemente, com aquele caráter policial ostensivo, que não é necessário aqui). A liberdade de pensamento está sendo extinta, realmente, por vias indiretas. Não que chegue um governo tirânico e mande botar na cadeia todo mundo que não subscreva a doutrina oficial; mas inumeráveis fatores de controle que criam uma uniformidade de pensamento fantástica (que bem se vê nessa pesquisa) foram, aos poucos, sendo acumulados, através de meios indiretos que são muito mais eficientes: o boicote profissional, os empecilhos colocados ao avanço do sujeito na carreira, a opinião dos pares etc. O mecanismo que usualmente seria de controle de qualidade da ciência, isto é, a crítica pelos pares, torna-se também um meio de controle social: não é apenas controle de qualidade do pensamento, mas também controle das idéias aceitas e das idéias rejeitadas.

No meio anglo-saxônico predomina a filosofia analítica, e sabe-se que os filósofos analíticos serão, em geral, realistas filosóficos. Não serão céticos nem subjetivistas, mas realistas que, em grande parte, irão acreditar na objetividade de valores estéticos etc.; que, em suma, seguirão uma filosofia

que no começo se chamou, justamente, neo-realista. Essa escola analítica surge como uma espécie de restauração do realismo filosófico, com base nas novas técnicas lógicas desenvolvidas, digamos, entre 1870 e 1920. As respostas são previsíveis: ao ler a lista das perguntas, já se sabe mais ou menos o que vão dizer, e eles dizem exatamente isso.

No caso brasileiro, a ortodoxia vigente é outra, completamente diferente, de tipo marxista, estruturalista, desconstrucionista, gaysista, feminista e assim por diante — o que domina no Brasil é mais um conjunto de *slogans* populares do que uma filosofia. Mas esses slogans são, hoje em dia, aceitos pela juventude estudantil com uma fé e uma devoção que eu nunca vi na minha vida. Quarenta ou cinquenta anos atrás, os jovens geralmente discordavam dos seus professores [0:10] e os enfrentavam, e hoje a gente vê o contrário: um estado de submissão bovina ou ovina, que eu chego até a ficar assustado. Quando se diz a um jovem universitário algo que contraria o que ele ouviu do professor, não é que ele discorde, mas ele fica chocado, sente-se ofendido, magoado, acha que você é um sujeito mau, que o está assustando de alguma maneira. Conseguiram impor um tipo de disciplina hierarquizante como eu jamais poderia ter imaginado cinquenta anos atrás. Não deixa de ser uma coincidência irônica que esse estado de submissão tenha sido imposto em nome de doutrinas que se dizem revolucionárias, rebeldes etc. Mas isso é um paradoxo inerente à própria mentalidade revolucionária, então não surpreende que justamente os mais reacionários sejam os mais revolucionários e vice-versa.

Eu tomei uma série de notas (que não coloquei na página do Seminário, porque não estão prontas, são apenas um rascunho para um trabalho maior que estou fazendo), as quais vou ler e comentar para vocês. É uma espécie de auto-análise do trabalho de análise conjuntural e estratégica do Brasil que venho fazendo, do qual dei uma amostra na aula passada. Percebam que, em tudo o que circulou nas últimas semanas a respeito dessas passeatas, movimentos de protesto etc., não se vê o menor esforço de compreensão. Nada. Zero, zero, zero. Os fatos vêm e eclodem de uma maneira absolutamente espetacular e inesperada, mas os cérebros permanecem passivos, porque antes de tudo acontecer eles já sabiam, já tinham a interpretação pronta. Não conseguiam prever os fatos, mas já conseguiam prever suas interpretações. Não se vê a menor discussão, a menor investigação, mas só opinião — “Eu acho isto”, “Eu acho aquilo” —, e sempre com um tom de certeza inabalável. Parece que ninguém tem nenhuma dificuldade de entender. O único sujeito que tem dificuldade para entender essas coisas sou eu, que penso “Pode ser assim, pode ser assado, pode ser aquela outra coisa”; eu coloquei quatro hipóteses mais ou menos simultâneas. O pessoal não faz hipóteses, eles já têm a resposta direta.

Ao mesmo tempo, acontece esse fenômeno da FLIP, Festa Literária Internacional de Paraty. Mandaram-me um vídeo de quatro “escritoras” discutindo as figuras de linguagem e as suas dificuldades. Elas estão todas decepcionadas com a linguagem: “Não, a linguagem não expressa...”: já parou para pensar que quem não expressa é você, e não a linguagem? E estavam falando do mar — a figura de linguagem dominante era o mar, um naufrágio seco (não sei que raio de coisa é essa) —, daí disseram que aquelas moças

eram sereias; e, alguém observou, são sereias sim, só que sereias ao contrário: têm o corpo de mulher e o cérebro de peixe. Isso é a amostra da produção literária no Brasil. Se a produção literária é assim, como a análise política e estratégica, que é um gênero menor, poderia ser algo melhor? Por exemplo, ninguém pensa o seguinte: uma análise estratégica deve ter algum poder preditivo, quer dizer, se alguém está analisando o curso das coisas e sabe para onde ele vai, tem de ser capaz de discernir qual o capítulo seguinte. E as pessoas estão anunciando o capítulo seguinte errado faz trinta anos. Ao passo que praticamente tudo o que tenho anunciado nos meus artigos tem acontecido. Como é possível um país de 200 milhões de habitantes onde todas as pessoas falantes estão no mundo da lua, não entendem o que está acontecendo, não são capazes de prever nada, e, quanto mais erram, mais se sentem seguras de si? Eu nunca vi um fenômeno desses no mundo. Eu tenho lá as minhas críticas a esse meio intelectual anglo-saxônico etc., mas não há nada que se compare a essa debacle brasileira.

“Análises de conjuntura só valem para alguma coisa quando, apreendendo a articulação dos fatos com exatidão suficiente, permitem fazer previsões acertadas. Aí reside todo valor científico que possam vir a ter. Para servir de base a decisões estratégicas e ações políticas bem sucedidas, no entanto, elas precisam mais do que isso: precisam encontrar uma platéia de líderes e autoridades que sejam inteligentes e sensíveis o bastante para perceber que estão diante de conclusões cientificamente relevantes e não de alguma fantasia ideológica, de algum palpite interesseiro ou de um arremedo vaidoso de vida inteligente. Embora a elaboração dessas análises constitua apenas uma parte menor e secundária do meu trabalho, e embora sua compreensão dependa às vezes de algum conhecimento dos princípios teóricos que as norteiam, os quais se encontram espalhados nas minhas apostilas de cursos e nunca foram publicados em livro, sempre concedi a essa parte uma atenção séria e devotada, no mínimo para testar aqueles princípios no campo da aplicação prática e certificar-me de que valiam alguma coisa.”

Os dois textos onde esses princípios teóricos estão enunciados são o Curso de Filosofia Política, que está aos poucos sendo disponibilizado no site do seminário, e a apostila “Questões de Método nas Ciências Sociais”. Ali eu coloco mais ou menos quais são os conceitos, os critérios e as técnicas que utilizo para tentar apreender o rumo que as coisas estão tomando e descrevê-las da maneira mais realista e eficiente possível, de modo a possibilitar previsões eficazes. Se houvesse uma platéia de tomadores de decisão inteligentes e capazes de absorver esse trabalho, isso também seria a base de estratégias. Mas acontece que nunca encontrei essa platéia. No Brasil, falar para políticos, militares, professores universitários ou jornalistas é perder seu precioso tempo, porque você vai ter apenas reações emocionais. No Brasil, dos vários tipos de discurso que existem na retórica só se conhece um, que é o discurso de louvores e censura: ou você gosta de alguém ou não gosta. É só isso que as pessoas expressam o tempo todo. Então, todo esse trabalho meu, como se diz, foram penas de amor perdidas, porque estou lá dando toda a base para as pessoas tomarem decisões estratégicas e elas nem estão entendendo o que eu estou falando.

“Esforcei-me também para que as conclusões resumidas que ia publicando na mídia fossem claras o bastante, mesmo para um público alheio às minhas investigações de filosofia política. Porém, na mesma medida em que me

esforçava para isso, eu tinha a íntima certeza de que cabia a mim apenas fazer as análises, e não sair em busca do público ideal para ouvi-las. Tudo o que publiquei na mídia, foi na esperança de que, se cada opinião ali exposta não tivesse por si mesma a força probante necessária, o leitor teria a esperteza de buscar no material dos meus cursos as razões mais fundas do que eu ali comprimia na linguagem veloz do jornalismo popular, necessariamente insuficiente para dar conta das dimensões mais complexas e sutis de cada problema abordado.”

Eu, pelo menos, sempre tenho essa reação: por exemplo, se leio um artigo de algum autor que conheça mal ou não conheça, onde há uma opinião solta, eu procuro averiguar o que mais ele disse a respeito no restante da sua obra. Porque é evidente que em um artigo de jornal não tem como dar todas as razões daquilo que se está dizendo; na melhor das hipóteses, há a insinuação de uma prova possível, que nem de longe será elaborada naquele trabalho daquelas dimensões. Isso quer dizer que uma idéia que é simplesmente enunciada em um artigo jornalístico não pode ser discutida em si mesma: ela é apenas um resumo compacto de algo que, supõe-se, o sujeito examinou melhor em algum outro lugar. Se não examinou, deveria tê-lo feito. Mas eu reparo que essa idéia de que por baixo daquilo que está insinuado em um artigo pode haver uma análise mais profunda nem de longe passa pela cabeça da quase totalidade dos meus leitores, [0:20] inclusive os mais oficialmente cultos. A opinião colocada na imprensa é discutida em si mesma, como se fosse tudo o que penso e sei a respeito. A simples idéia de usar um artigo como pista para algo mais que possa estar atrás não ocorre a ninguém e, no entanto, isso é um dos preceitos básicos de uma vida de estudos: quando um sujeito diz alguma coisa, perguntar-se “o que mais ele disse a respeito?”.

Outra coisa espantosa é que, às vezes, de um simples artigo de jornal os caras já deduzem toda uma filiação intelectual e ideológica. Meu Deus do céu, saber onde um autor está historicamente, isto é, quais são as correntes que o influenciaram, é uma coisa que dá um trabalho medonho! Se não se conhece o pensamento do sujeito nas suas estruturas fundamentais, como saber as influências, às vezes não citadas, que estão ali dentro? Não dá para saber. Mas eu já fui classificado como descendente ou influenciado por fulano, fulano, fulano e fulano, a partir de um simples artigo de jornal. Para o sujeito conseguir fazer isso, tem de ser um gênio: ele lê cinco linhas e não só entende o que você disse, mas já sabe qual é a filiação histórica em que você está inserido. Um sujeito, certa vez, disse que eu era discípulo do Joseph de Maistre, um autor cujo procedimento é exatamente o contrário do meu, que parte de princípios gerais e vai deduzindo tudo — um método exclusivamente analítico —, uma coisa que nunca faço e sou contra fazer, porque acho que não leva a nada, é consequencialismo abstrato. Mas o sujeito achou isso, né? Outro descobre outras filiações, às vezes de autores que nunca li nem tenho a menor idéia de quem são, e que ele vai me dar o trabalho de buscá-los, só para descobrir que não valem nada.

“Do ponto de vista intelectual, o trabalho que assim desenvolvi terminou sendo ainda mais satisfatório do que eu poderia ter previsto quando, a partir de 1993, arrisquei publicar a primeira daquelas análises em formato de livro, *A Nova Era e a Revolução Cultural*. Malgrado alguns erros de detalhe, a descrição que ali apresentei do que me parecia o problema central da política brasileira naquele

momento acabou se revelando adequada no conjunto, o que se confirmou pelo acerto das suas previsões.”

Em 1993, fazia três anos desde a queda da União Soviética e todo o pessoal estava soltando foguetes: “Acabou o comunismo!” etc. Quem ler *A Nova Era e a Revolução Cultural*, verá que em 93 já era visível que o Brasil estava destinado a cair nas mãos dos comunistas mais cedo ou mais tarde — na verdade, mais cedo, porque o comunismo era o único movimento político existente e ocuparia o espaço vazio. A impressão, para muitas pessoas que leram o livro na época, era de que, como lembro ter dito o Otávio Frias Filho, eu estava “açoitando um cavalo morto”, o que se baseava não em estudos científicos da coisa, mas no consenso da mídia. Comentaristas de mídia lêem a mídia e tiram conclusões da mídia na linguagem da mídia e de acordo com a mentalidade da mídia, isto é, é uma coisa autofágica: se as suas fontes da informação são os jornais populares, e se estas serão elaboradas em termos que pareçam aceitáveis aos jornais populares, é evidente que se dirá sempre as mesmas coisas. E essa impressão geral de concordância da mídia gerará no leitor a ilusão de que aqueles fatos estão bem compreendidos, de que o essencial já está conhecido e de que, portanto, com base na *Folha*, no *Estado* ou no *New York Times*, pode-se saber para onde as coisas estão indo.

Nos últimos vinte anos, o controle da mídia aumentou muito; em primeiro lugar, pela sua centralização. Aqui nos Estados Unidos, seis companhias compraram todos os jornais, estações de rádio etc., e passaram a ditar, então, o que é o aceitável. A multiplicidade, a variedade de opiniões, desapareceu da mídia americana (e muito mais da brasileira, que nunca teve muita). O sindicato dos donos de jornais se reúne e decide o que é a verdade universal; o que ficar fora do horizonte deles não existe. Então qualquer pessoa que tenha na mídia popular a principal fonte de informação sobre a qual baseia suas opiniões, está, por definição, fora da realidade; já está aceitando uma seleção prévia dos fatos. E se existe uma lei histórica é a de que a difusão dos fatos produz novos fatos: se as pessoas estão pensando que o que está acontecendo é x ou y, o leque de escolhas que se abre diante delas é bastante limitado, e pode-se mais ou menos saber o que elas vão fazer. Agora, quando os fatos que chegam ao conhecimento desses agentes são muito limitados em relação com o que está acontecendo realmente, é de se prever uma inadequação cada vez mais grave entre as decisões e a situação real na qual essas decisões serão postas em prática e, portanto, uma sucessão de erros, desastres etc.

Isso são preceitos metodológicos mínimos. Quando se estuda a história de um agente político qualquer — Stalin, Napoleão Bonaparte ou Júlio César, por exemplo —, é necessário saber, primeiro, quais são os fatos que chegaram ao seu conhecimento nos quais ele baseou suas decisões; em segundo lugar, se havia outros fatos que ele desconhecia por completo e que, ficando fora ou à margem do seu horizonte de consciência, poderiam fazer com que suas decisões tivessem efeitos muito diferentes daqueles esperados. Isso é coisa mínima.

Em estratégia militar, por exemplo, o general dispõe as suas tropas de acordo com a posição que imagina que o inimigo esteja ocupando; mas, se este estiver em outras posições (ou, além de estar nessa posição, estiver também em mais algumas desconhecidas), o resultado não será o previsto. Deve-se

levar em conta, além do horizonte de informações a que o sujeito tem acesso, os procedimentos interpretativos que ele utiliza, e se ele conseguiu realmente entender os fatos. Sem isso, como entender uma única decisão tomada por um governante, um príncipe ou um chefe de estado?

Por exemplo, estou lendo a biografia do Charles de Gaulle. Quando ele estava no exílio na Inglaterra, formando a tal da França Livre, ele foi bem maltratado pelo Winston Churchill e então procurou, por baixo do pano, uma aliança com os soviéticos. Fez uma viagem a Moscou, e vê-se que ele não tinha a menor idéia de que a União Soviética tinha planos expansionistas — não se havia interessado por isso e simplesmente conservava a visão que se tinha da Rússia até 1930, isto é, que era um país isolado. Em outras palavras, ele estava com quinze anos de atraso nas informações de que dispunha e, é claro, saiu de Moscou com uma mão adiante e outra atrás. Não obteve nada do que queria, mas os soviéticos obtiveram muita coisa dele. E esse homem é tido como um grande pensador político etc. Não: era uma besta quadrada, não sabia onde estava pisando.

Não é também de espantar que a era do Charles de Gaulle no governo da França tenha sido a que mais consolidou mitos históricos que só agora estão desabando; um deles, por exemplo, é o mito da resistência. Quantos filmes vocês não viram, quantos livros e artigos de jornal não leram que mostram o pessoal da resistência como sendo a turma da esquerda, a turma que estava na oposição, e o governo de Vichy como se fosse o governo dos traidores etc.? Hoje sabe-se que quem iniciou a resistência foi o próprio governo de Vichy, do Maréchal Pétain, e ele, se prevalecendo de que tinha assinado um armistício com os alemães que preservava parcialmente a soberania da França, tinha, então, uma camuflagem boa para iniciar um movimento de resistência, [0:30] e foi ele que começou; os comunistas só entraram no negócio dois anos depois.

Evidentemente, termina a guerra e vem então o que eles chamam de depuração — que é matar os traidores; mataram umas dez mil pessoas (tudo às pressas). Normalmente explicam isso como um efeito natural da revolta popular contra aqueles que tinham vendido a França para o inimigo, mas hoje sabem que não foi isso, foi queima de arquivo. Também, não sabem que o chamado colaboracionismo foi principalmente uma iniciativa do pessoal da esquerda. Colaborar com os alemães? Foi a turma da esquerda e não da direita, por isso era urgente varrer esses fatos para baixo do tapete e, portanto, matar as pessoas que podiam saber a história mais ou menos. Então, eles chegaram ao absurdo de condenar como traidores e colaboracionistas alguns dos indivíduos mais anti-germânicos que tinham na França, como o próprio Charles Maurras — que podia ter todos os defeitos que tivesse, mas sempre odiou a Alemanha, jamais colaboraria com ela em qualquer coisa e sempre foi um patriota. Então, bom, o que vocês estão chamando de colaboracionistas é o contrário; o sujeito que só queria ferrar com os alemães virou colaboracionista, e vocês que colaboraram viram os heróis da resistência. Mas, esse efeito já era previsível.

Quando você vê a cosmovisão, o horizonte de consciência do Charles de Gaulle no tempo em que ele estava montando a tal da França Livre já se percebe que tudo isso ia acontecer. Na própria concepção da França Livre o número dos que

se aliaram ao de Gaulle na Inglaterra foi ínfimo; a maior parte dos resistentes estava com um general chamado Giraud que estava lá na África. E o de Gaulle logo dá um jeito de se livrar do tal do Giraud, também para fins de queima de arquivo e para parecer sempre que era ele que tinha feito tudo.

Esses fatos começam a aparecer agora, mas teve gente que já sabia disso desde o início. Se você acompanha as idéias que aparecem em mídia, em cinema etc, você está frito. Mídia popular, cinema, televisão etc. não são fontes de informação confiáveis para um homem de estudos, isso é para enganar a população, para enganar trouxa. Essa simples recomendação: “a mídia popular não é fonte de informação confiável nem muito menos suficiente”; quantas pessoas estão alertadas para isso hoje? Parece-me que elas têm a precaução contrária. Se você diz qualquer coisa que não saiu no Estadão ou na Folha, não apareceu no Jornal Nacional, eles desconfiam. Mas vocês têm de desconfiar daquilo que aparece! Mais ainda: há quarenta anos atrás todo e qualquer estudioso sabia disso. Não havia um único cientista político que fosse basear as suas análises em notícias de jornal. De jeito nenhum. Você tem de usar notícias de jornal também, não porque elas sejam confiáveis, mas porque elas refletem uma opinião dominante, então, como índice de uma opinião dominante elas são importantes, mas como fonte de informação sobre os fatos elas não prestam absolutamente. Todo mundo sabia disso. Hoje em dia vemos intelectuais, professores universitários que lêem as coisas no Globo, na Folha, ou pior, até ouvem no Paulo Henrique Amorim e acreditam em tudo e usam isso como fonte básica para as suas interpretações.

Então, é por isso que eu digo, a destruição intelectual do Brasil foi uma coisa muito mais profunda do que até vocês mesmos imaginam. O pessoal conseguiu criar uma situação na qual é impossível entender o que quer que seja, é impossível ter alguma visão minimamente realista do que está acontecendo e, portanto, é impossível tomar alguma decisão razoável seja no governo, nos partidos de oposição, nesses movimentos informais que estão aparecendo aí. Uma das coisas que me impressionou muito foi a rapidez e a pressa com que o pessoal que organizou esses movimentos espera obter algum resultado, e nunca nenhum deles parou para pensar o seguinte: quanto tempo levou para formar o MST e para ele obter algum resultado? Foram mais de trinta anos. Você tem uma pré-história do MST. E o PT? Como é que aparece o PT? Aparece de organizações pré-existentes que vêm em parte do partido comunista, em parte da ação popular, e mesmo assim, quanto tempo levou para o PT obter algum resultado? O pessoal não pensa nisso. Quer dizer, eles não têm idéia do *timing* da história.

Quando, por exemplo, vemos pronunciamentos militares e eles próprios dando opinião e dizendo assim: “não, as Forças Armadas só se moverão por solicitação da sociedade civil, não vamos tomar a iniciativa”. Então eles estão lá esperando que a sociedade civil se mobilize e peça socorro a eles. Mas acontece o seguinte, em 1964 a sociedade civil tinha milhares de organizações que já existiam há vinte ou trinta anos e que a representavam de algum modo, e tudo isso foi desmantelado. Quem desmantelou? Vocês, milicos. Quer dizer, durante o governo militar os militares não queriam o civil dando muito palpite, queriam se fechar numa elite militar de tecnocratas, então foram desmantelando não só as organizações partidárias, mas até as da sociedade

civil que foram sendo boicotadas até desaparecerem por completo enquanto o pessoal da esquerda, do exílio, ia montando a sua própria organização da sociedade civil. Resultado: quando terminou o governo militar só a esquerda tinha representantes na sociedade civil, e eu não conheço um milico que tenha percebido isso até agora.

Confesso que faz oito anos que perdi contato com os milicos brasileiros, mas no tempo em que eu vivia ali dando conferência na Escola de Comando e Estado-Maior, no Clube Militar, na Escola de Guerra Naval etc., eu via que eles não tinham a menor consciência de que, criando uma espécie de vácuo político na direita, abriam o campo todo para a esquerda — mas era óbvio que isso tudo ia acontecer. E também confesso que ao longo desse tempo, no meio militar, eu só vi uma pessoa ter alguma curiosidade para estudar o assunto que foi o general Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, que depois publicou dois livros excelentes a respeito, não dessa coisa como um todo, mas apenas a respeito do Antonio Gramsci — mas pelo menos essa pergunta ele fez e foi buscar a resposta.

No mais, eu só vi assim: tomadas de posição emocional, reações, às vezes, de tipo solidariedade corporativa (defender a honra da corporação) etc. Mas, escuta, eu estou aqui conversando com gente séria ou com um bando de velhas histéricas? Essa é a impressão que eu tinha e tenho até agora. São todos velhas histéricas: os militares, os políticos, os intelectuais, os professores universitários, os estudantes, os jornalistas — eu só vi reação de velha histérica e continuo vendo até hoje. Quer dizer, não tem uma pessoa que diga: não, espere aí, eu vou ter que estudar este negócio até compreender. Por exemplo, se tem alguém que você declarou ser seu adversário, você tem que compreender suas estratégias. E isso é importante? Bom, isso é a primeira coisa, a primeira regra do Sun-Tzu: “conheça o seu adversário”.

Eu me lembro que em 2003, ou seja, com treze anos de atraso, eu montei uma equipe de doze estudiosos para estudar a estratégia da esquerda latino-americana. Eram doze pessoas, cada uma morava em um lugar e então a gente precisava de um patrocínio para pagar as passagens; todo mundo estava trabalhando de graça, mas eu não tinha dinheiro para pagar as passagens e consegui patrocinador; o patrocínio durou até a terceira reunião, isso quer dizer que aquele trabalho que estava atrasado treze anos agora está atrasado vinte e três. E ele ainda nem começou!

Então, por exemplo, onde você encontra o mapeamento de todas as organizações (partidos, ONGs, Igrejas etc.) que estão ligadas de algum modo ao Foro de São Paulo? Você não tem sequer o catálogo dessas organizações. Então, literalmente, você não sabe quem é o adversário. “Ah, não sei, não quero saber, mas quero fazer uma passeata contra”. — Bom, como é que você sabe que a sua passeata não vai ajudar o adversário se você nem sabe quem é ele?

[0:40] Quer dizer, como é possível um país inteiro e pessoas nominalmente cultas, universitárias, chegarem a esse nível de inconsciência? Isso aqui é muito mais grave do que o comunismo. O pessoal pergunta se o problema do Brasil é o comunismo. Não, o problema do Brasil não é o comunismo, é a

burrice; a burrice orgulhosa, obstinada, arrogante, onde ninguém tem a mais mínima humildade de dizer que vai estudar para ver se entende o que está acontecendo. O número de pessoas “inteligentes” que quando eu comecei a falar do Foro de São Paulo abriram a sua boca para provar o seguinte: “o Foro de São Paulo não existe, ou é fraco, ou já acabou” — um monte de gente. Eles simplesmente discutiram o que eu tinha dito numa clave que era assim: não podemos permitir que este sujeito brilhe como a pessoa que descobriu o que está acontecendo, porque senão nós vamos nos sentir inferiorizados. – Mas vocês são inferiores realmente, então qual é o problema de o inferior se sentir inferior? Por exemplo, eu me sinto muito inferior ao Mário Ferreira dos Santos e nem por isso eu quero estourar os miolos só por isso. Qual é o problema de sentir-se inferior? Por que é que uma pessoa tem de se sentir superior sempre? Você acha que é normal? Quer dizer, todos são superiores a todos os demais? É possível isso? Não, não é possível. Então, a simples noção do superior e do inferior mesmo intelectualmente, ou moralmente, até economicamente, as pessoas não aceitam.

Eu me lembro daquele filme do Mel Brooks em que ele é um milionário e aposta com os amigos que é capaz de viver como um mendigo durante um mês. E ele está lá dormindo num terreno baldio e encontra um outro mendigo (mendigo real), só que louco completamente que acha que é milionário. Então ficam ele e o mendigo discutindo para ver quem tem mais dinheiro. Olha, isso aí é o Brasil. O sujeito não consente em dizer: você tem muito mais dinheiro do que eu, você é muito mais inteligente do que eu, você estudou mais do que eu. Ninguém é mais do que ninguém. Quer dizer, no Brasil foi institucionalizado o igualitarismo total em todos os sentidos; todos são iguais absolutamente em todos os sentidos. Então, baseado nesse sentimento, quando vir uma pessoa que fez um negócio um pouquinho melhor do que você, você vai ficar louco da vida; não vai querer saber se ele tem razão ou não, vai querer saber é de desmoralizar o cara o mais rápido possível para ele sair do seu caminho e aliviar o seu sentimento de inferioridade.

Eu vejo que, ao longo do tempo, eu sempre procurei coisas que eram superiores a mim, porque esse negócio de você querer ser você mesmo, ah, eu já estou de saco cheio de ser eu mesmo, faz tanto tempo que sou eu mesmo, eu quero ver se consigo ser alguma coisa melhor. Então, para isso, eu tenho que aprender com quem é melhor.

Vocês viram o número de autores que eu coloquei em circulação, cujo trabalho eu reconheci? Nunca pensei: não, eles são bons então eu vou sumir com isso daqui para não passar vergonha. Eu nunca pensei uma coisa dessas! Mas vejo que hoje isso no Brasil é normal. É um negócio baseado numa inveja, numa ciúmeira, absolutamente doentia; é coisa de velha histórica mesmo. Tudo isso não é só uma doença do intelecto, isso é uma doença da alma, uma doença moral muito feia.

Eu me lembro, por exemplo, que o Caio Rossi, que é um sujeito inteligentíssimo, ficou bravo com as coisas que eu estava dizendo do Foro de São Paulo, então tinha de demonstrar que não era tudo aquilo. Diga isso agora. Quer dizer, há dez anos atrás poderia dizer: “não, o Olavo está exagerando, o Foro de São Paulo não é tudo isso”. Eu já tive discussão até fora do Brasil. O

Alejandro Peña Esclusa, uns dez anos atrás dizia: “não, o Foro de São Paulo já acabou, agora o negócio é o Hugo Chávez”. O Hugo Chávez não conta para nada; ele é um menino de recados do Foro de São Paulo; a hora que ele sair não vai mudar nada.

Quer dizer, eu não falei essa coisa do Foro de São Paulo para parecer bonito. “Ah, fui eu que descobri” etc. Primeiro que não fui eu que descobri, foi o José Carlos Graça Wagner. Tudo o que eu sei do Foro de São Paulo, exceto o que eu vim a descobrir depois por outras fontes, eu devo ao José Carlos Graça Wagner que na casa dele tinha um quarto inteiro cheio de documentação sobre o Foro de São Paulo e que estudou aquilo durante dez anos. Então, tudo que eu comecei a falar para a imprensa foram coisas que eu colhi da documentação do Graça Wagner. Documentação que tem coisas tão impressionantes, como, por exemplo, o acordo que o José Carlos Graça Wagner dizia que havia entre o Foro de São Paulo e o diálogo interamericano que era o *think tank* do partido democrata aqui, e que eles haviam tido uma reunião em cinco de maio de 1993 da qual havia participado os líderes do Foro de São Paulo mais Ted Kennedy e toda a elite do partido democrata daqui, e como representante do Brasil tinha vindo o pessoal do Foro e o Fernando Henrique Cardoso; e o Graça Wagner tinha a edição do jornal *Granma* de Cuba, que dava o relato disso aí, mas isso só saiu no *Granma* cubano, não no *Granma* internacional; você vê que a coisa foi feita bem discretamente.

O José Carlos Graça Wagner deu uma entrevista no *Diario las Americas* de Miami contando isso, a partir daí a vida dele se desgraçou completamente — ele tinha um monte de negócios no Brasil e nos Estados Unidos, era um homem muito rico, perdeu tudo, acabaram com a vida dele. Então, nós saímos procurando aquela edição do *Granma* cubano nas bibliotecas. Na biblioteca da universidade tal não tem, da outra não tem, da outra não tem etc., daí fomos à biblioteca do Congresso, também não tem, mas justamente a edição daquele dia. Daí descobrimos o seguinte: quem é a diretora da seção latino-americana da biblioteca do Congresso? É a mesma senhora que organizou aquela reunião em cinco de maio de 1993 — era esse tipo de coisa que tinha no arquivo do Graça Wagner, só preciosidades —, aí você tem uma pista para começar a entender o que aconteceu e para você entender a profundidade da cumplicidade da elite esquerdista do partido democrata com o Foro de São Paulo e todo o movimento comunista na América Latina.

Mas tudo isso, mesmo se você tivesse acesso a todos os fatos, precisaria ainda ver se você tem um instrumento conceptual para interpretar corretamente. Por exemplo, se por hábito recebido da sua educação você sente ou está persuadido, conscientemente ou inconscientemente, de que a história é feita de grandes correntes anônimas, onde a ação de indivíduos e grupos é apenas a expressão de um estado social preexistente, você não vai entender o que está acontecendo. Por quê? Porque a relação entre essas duas coisas (as correntes anônimas e a ação individual) é um dos grandes problemas da historiografia. Se você nem se colocou o problema e já o dá como resolvido, então você certamente não vai entender. Por exemplo (eu vou pular um pedaço no texto da leitura, depois eu volto):

“Já citei mil vezes este parágrafo de Georg Jellinek, e vou citá-lo de novo: ‘Os fenômenos sociais dividem-se em duas classes: aqueles que são determinados essencialmente por uma vontade e diretriz e aqueles que existem ou podem existir sem uma organização devida a atos de vontade. Os primeiros estão submetidos necessariamente a um plano, a uma ordem emanada de uma vontade consciente em oposição aos segundos cuja ordenação repousa em forças bem diferentes’”. (...)

Ou seja, daquilo que está acontecendo existe uma parte que resulta da combinação incontrolável de forças heterogêneas, que se somam, convergem, produzem resultado, e ninguém prevê; uma outra parte reflete a continuidade de um plano que esteve em execução ao longo de todo esse tempo. Ora, é evidente que essas duas coisas não estão separadas muito nitidamente, por isso que eu digo aqui:

“Essa distinção é crucial para os historiadores e analistas estratégicos não porque ela seja clara em todos os casos, mas precisamente porque não o é.” (...)

E não o é pela seguinte razão: se o sujeito tem um plano que deve continuar sendo executado ao longo dos tempos, ele não conseguirá absolutamente nada se [0:50] não conseguir ir absorvendo no plano os novos fatos externos causados por forças heterogêneas e incontroláveis; e se ele não for capaz de aproveitar o incontrolável ele não conseguirá controlar o fluxo dos acontecimentos. Você imagine, por exemplo, uma luta com duas pessoas brigando na rua; bom, cada um tem o seu conhecimento da luta, pode ter treinado alguma arte marcial etc. — isso é o que ele já sabe —, agora, o que ele não sabe é o que o outro vai fazer, e se ele não conseguir aproveitar o que o outro está fazendo para tirar algum benefício disso, ele vai apanhar, evidentemente.

Então, quer dizer que entre o premeditado e o fortuito existem relações que são muito complexas e que não podem ser resolvidas teoricamente de antemão, aí você tem que acompanhar como as coisas realmente se passaram e como o autor do plano, se existia, conseguiu adaptar em favor do plano os acontecimentos fortuitos que vinham de outra fonte e que podiam ser até hostis ao plano.

Quando, por exemplo, Hitler invade a União Soviética, Stálin tanto não contava com isso que ele levou dois dias para acreditar que estava acontecendo, ele achava que era impossível. Achava que era impossível por quê? Porque ele estava se preparando para atacar a Alemanha e achava que os alemães não sabiam, só que estes estavam sabendo de tudo. Cada um estava sabendo uma parte do que o outro sabia e, se você estuda a história posterior, vê que o Stálin deu a volta por cima brilhantemente, aproveitando a invasão da União Soviética para conquistar a solidariedade do mundo. Isso quer dizer que o plano dele não se desenrolou como previa, mas houve um imprevisto, e este foi readaptado para caber dentro do previsto. Então você vê que essas duas coisas se interpenetram, e justamente em cada situação histórica, perceber como elas foram se interpenetrando e combinando — como o plano inicial foi dissolvido ou foi readaptado ou modificado —, essa é a chave de todo o negócio.

Porém, como a maior parte das pessoas foi educada num modelo de historiografia no qual só as situações coletivas e anônimas importam, e onde as ações dos indivíduos são colocadas como se fossem meras expressões de forças externas — uma ortodoxia que entrou no ensino brasileiro nos anos sessenta e não saiu nunca mais —, então, evidentemente, as pessoas não podem entender. Claro que existem situações objetivas que já estão prontas quando o agente entra em ação e com as quais ele vai ter que contar, mas existem ações humanas que são tão decisivas e tão profundas — ações às vezes de um indivíduo — que modificam o quadro em vinte e quatro horas.

Eu estava falando do general de Gaulle; então, logo que ele começa a formar a França Livre o governo inglês diz que está preocupado com a frota francesa que está na África, afirmando que “os alemães podem pegar todos esses navios e começar a usar contra nós”. Na verdade, os termos do armistício declaravam claramente que isso não ia acontecer; quer dizer, o governo francês ia manter o controle da sua frota e nenhum navio seria entregue aos alemães. Mas, se as coisas eram assim, então arriscava acontecer que o comando militar francês que estava na África se tornaria o centro da resistência, porque tinha muito mais tropa e tinha todos os navios, e o de Gaulle não queria que isso acontecesse, queria que ele fosse o comandante; então quando o governo inglês decide simplesmente bombardear a frota francesa sob a alegação de que o fazia para que não caísse na mão dos alemães, num dia só afundaram toda a frota e mataram mil e trezentos marinheiros — foi a aviação inglesa que fez isso e não os alemães, é o caso de que o aliado está sendo mais perigoso para você do que o inimigo.

A versão oficial de que “isso foi feito para que não caísse na mão dos alemães” vigora até hoje, quando na verdade se tratava apenas de boicotar os generais da Argélia e dar o papel principal ao general de Gaulle, coisa que este queria. Por quê? Porque ele era o general de Gaulle, evidentemente; e que os ingleses também queriam, por quê? Porque ele era o único general que estava sob controle dos ingleses, que pensaram: “aqueles caras da África, nós não sabemos o que está se passando na cabeça deles, mas aqui nós temos o de Gaulle, então vamos fortalecê-lo, e para isso nós afundamos a frota francesa”. Você veja que num caso desses nem mesmo o texto oficial de um documento é capaz de abafar a voz da sua interpretação falsa dada por um governante interessado.

Então, nessas relações entre o domínio da vontade humana e a constelação de acontecimentos fortuitos e incontroláveis, há toda uma dialética, uma sutileza. Em cada caso, as dosagens recíprocas desses dois elementos se modificam; você não pode ter uma inclinação prévia, enfatizar mais uma coisa ou a outra, porque você não sabe quais serão enfatizadas na realidade.

Um outro caso incrível é o seguinte: quando as potências aliadas estavam pensando como fazer um ataque à Europa havia dois planos estratégicos em discussão: um era apoiado pelo Churchill e outro pelo Roosevelt. O plano do Churchill era ocupar eminentemente a Europa Central, porque ele já previa que no fim da guerra, com o crescimento do poder soviético, os soviéticos iriam ocupar todas as zonas previamente ocupadas pelos alemães e se tornariam a

potência dominante na Europa, e ele evidentemente não queria isso. E o outro plano dizia: não, nós vamos para o sul, vamos ocupando ali a Itália etc, e vamos avançando devagarzinho até chegar, no máximo, em Berlim, enquanto os russos vêm e ocupam todo o resto. O plano aprovado foi este último, e aconteceu de fato o que o Churchill previa, a União Soviética ocupou tudo. Por que o Roosevelt optou por este último? Porque ele era uma mentalidade dominada por um sujeito chamado Harry Hopkins, tão influente que morava na Casa Branca, e era um agente da KGB — hoje sabe-se. Então você vê que o curso da guerra foi inteiramente determinado por um plano soviético; eles botaram lá o Harry Hopkins para que ele induzisse o governo americano a tomar decisões que fossem estrategicamente convenientes à União Soviética. E, mais ainda: durante toda a guerra, quando eles criaram o tal do *Lend-Lease*, que é um programa de empréstimos, de ajuda financeira à Europa, o Roosevelt o tempo todo favorecia a União Soviética em detrimento das suas próprias tropas. Quer dizer, materiais, armas, suprimentos, que eram necessários para a própria marinha americana, ele transferia para a União Soviética. Por que é que ele fazia isso? Porque ele era um sujeito velho, decadente, já estava gagá, estava senil, e quem tomava as decisões era Harry Hopkins, que por feliz ou infeliz coincidência era um agente da KGB.

Então, o curso da política exterior americana nos anos decisivos da segunda guerra foi inteiramente decidido por um plano estratégico soviético com a ação de *um* sujeito. Inclusive, havia um policial americano chamado acho que Richard Jordan, não lembro direito [do nome], que era o sujeito encarregado de fiscalizar o embarque de materiais que iam para a União Soviética, e no meio dos materiais ele viu que vinham umas pastas pretas, [1:00] e ele perguntava, “que raio de coisa é essa pasta preta?”, porque iam caixas de suprimentos, iam armas, alimentos etc., e tinham umas pastas pretas, e um dia ele decidiu abri-las. Resultado: ali nas pastas pretas já estava toda a informação sobre o projeto Manhattan, sobre a elaboração da bomba atômica americana, de maneira que quando mais tarde o casal Rosenberg entregou a coisa para os soviéticos, estes já tinham tudo. Claro que eles não deixam de ser traidores por isso, mas você não pode dizer que foram eles que entregaram aos soviéticos os meios de ter a bomba atômica porque os meios já estavam lá, e tudo isso vinha carimbado com a autorização de *Top Secrets*. Por quem? Harry Hopkins. Então você veja o poder imenso que teve esse sujeito, muito maior que o poder do próprio Roosevelt, no governo americano, isto um só camarada. Isso acontece às vezes. Acontece que a ação de um sujeito que esteja colocado na posição certa dentro da cadeia causal, no elo correto na cadeia causal, pode mudar enormemente o curso das coisas.

Às vezes isso não acontece. Por quê? O agente pode ter o controle cognitivo da coisa, saber tudo o que está acontecendo, mas não ter às vezes a pessoa certa no lugar certo, então a ação falha e os fatores incontrolláveis predominam. Onde você vai encontrar no Brasil alguém que seja capaz hoje de fazer uma análise estratégica da política continental, ou até da história cultural continental, levando em conta esta dialética: o plano e o acaso? Não conheço uma pessoa que sequer tenha tido a preocupação de lembrar que isso acontece, que isso existe, e que precisa estudar esse caso. Vocês entendem por que eu fiz este curso, por que eu montei este curso? Porque simplesmente não pode continuar assim. Um país que não tem um número mínimo de

intelectuais capazes de fazer uma análise de intelectuais desse tipo está perdido. Ele vai acabar.

A famosa dissolução do Brasil em unidades independentes — uma que vai pros índios, outra que vai pra o MST — é muito fácil de acontecer a qualquer momento. É claro que é preciso terminar o desmantelamento das forças armadas, porque elas ainda têm senso patriótico. Eu só vi senso de unidade patriótica entre militares. Isso não existe na população brasileira. Então você compara por exemplo a vivência que os brasileiros têm do seu país com que os americanos têm, que nós vimos ontem: saímos na rua, você vê todas as ruas de todas as cidades cheias de gente e simplesmente ninguém fica no quarto no 4 de julho, não é uma festa oficial, não é uma parada militar, é uma coisa do povo mesmo. Quando estouravam os fogos, o povo começava a gritar repetidamente “U - S - A!”, todo mundo. Você não verá esse entusiasmo patriótico no Brasil exceto na Copa do Mundo. Eu só vi realmente algum sinal de patriotismo entre os militares. Então eles são a única garantia da integridade do território nacional. A única! Então, à hora que esse elo da cadeia ceder, não custa nada desdobrar o país em duzentas ou trezentas regiões independentes. O Brasil simplesmente sai da história e ninguém vai sentir falta.

Então é claro que o simples fato de as coisas transcorrerem dessa maneira transforma a vida humana deste país em uma palhaçada. É tudo fingido, só há homens de papelão ou de isopor. Todas as situações são falsas, as emoções são fingidas, são teatrais, e evidentemente no fundo de tudo isso há um desespero, um vácuo humano formidável. Então foi pra isso que eu montei este negócio. Nós temos que urgentemente restaurar uma geração para que possa discutir seriamente o que está acontecendo.

Daí o pessoal que está querendo criar um movimento político e que viu aquela explicação que eu dei sobre as etapas da formação de um movimento político falou “Ah, você está formando a primeira etapa, que é a discussão entre os intelectuais?” Não, de jeito nenhum! Não há “os intelectuais”. Estou tentando produzir intelectuais. Eu lá vou saber que tipo de orientação política eles vão seguir no futuro! Eu não sei. Mas eles têm que existir. Então nós estamos na etapa zero. Você quer criar um movimento político? “Ah, nós queremos construir um movimento político liberal conservador”. Nós estamos na etapa zero, antes de você ter a primeira condição, que é a discussão informal entre intelectuais durante algum tempo.

Então eu vou voltar aqui à leitura deste negócio:

“Desde então¹ não cessei de produzir novas análises e previsões que, com exceções ínfimas, sempre foram confirmadas pelo desenrolar dos fatos, enquanto meus concorrentes jornalísticos e universitários, entoxicados de cacoetes mentais e de uma autoconfiança abusiva, não raro reforçada por um prestígio imerecido, passavam longe da situação objetiva, perdendo-se em chvaões e bolhas de sabão verbais, quando não em falsidades completas, de modo que só prediziam coisas que jamais viriam a acontecer, e só forneciam ao leitor a mais perfeita desorientação. Quem aliás pode atinar com o rumo das coisas quando, ao atacar ao material bruto dos fatos políticos, supondo-se

¹ Da publicação de *A Nova Era e a Revolução Cultural* (1994)

que o conheça e não o recorte como uma seletividade deformante, só conta para enfrentá-lo com um arsenal conceptual vulgar e chinfrim, composto quase que inteiramente de figuras de linguagem sem o menor suporte analítico, e lesado ademais pelo vício auto-hipnótico do pensamento metonímico. Que exatidão diagnóstica se pode esperar de ignorantes que acreditam poder descrever a realidade política mediante jogos de palavras imantados de expectativas emocionais deformantes como “amadurecimento da democracia”, “ampliação de direitos”, “conquistas populares”, “onda populista”, “avanço”, “retrocesso” e coisas pelo gênero.”

Quantas análises políticas você não vê que começam assim: “Isso é um avanço” ou “Isso é um retrocesso”. Mas isso são conceitos descritivos aceitáveis ou você apenas chama de avanço aquilo de que você gosta? É como dizer: “Estou querendo dizer avanço porque eu já sei a etapa seguinte e sei que isso nos aproxima da etapa seguinte.” Será que é isso? Não, o cara não sabe a etapa seguinte, então ele chama de avanço só porque ele gostou. Você poderia usar as palavras, não os conceitos, de avanço e retrocesso neste sentido. Eu assisto um filme e um sujeito planeja um crime. Para realizar o crime, ele necessita de uma série de coisas; cada passo que ele dá é um avanço em relação ao objetivo que ele quer. Mas se eu não sei qual é o objetivo, como é que eu sei como a coisa vai terminar, como é que eu vou falar de avanço ou retrocesso? Pode-se falar em avanço ou retrocesso em relação a uma meta ideal que o distinto analista tem na cabeça. Por exemplo: eu acho que o futuro é a democracia ocidental, ou eu acho que é o socialismo, então qualquer coisa que se pareça com democracia ocidental ou com socialismo eu digo que é um avanço. E como é que se pode discutir seriamente com pessoas que querem analisar as coisas com base nessas coisinhas?

O negócio da ampliação dos direitos: os caras acham que os direitos são como um bolo que você coloca o fermento e ele vai crescendo, e é uma substância uniforme, que vai crescendo. Esse sujeito não tem a menor idéia do que é um direito. Um direito é a obrigação de um terceiro. Se ninguém tem a obrigação de atender ao seu direito, você não tem o direito, portanto, cada direito que você promulga está criando obrigação. Para impor a obrigação você precisa de tribunais especializados, de órgãos especializados, de órgãos policiais, de uma burocracia, de mais imposto, etc. Isso quer dizer que toda aplicação de direitos é necessariamente antagônica a si mesma. O número de direitos que estão assegurados por lei não tem nada a ver com a qualidade da democracia reinante. A democracia é boa quando os direitos assegurados são poucos, mas eles são assegurados de fato. Mas se você aumentar a lista [\[1:10\]](#) dos direitos, das duas uma: ou não poderá assegurá-los, ou para assegurá-los terá de criar um controle tirânico. Isso qualquer principiante no estudo da democracia tem de entender. Outro dia eu ligo o Youtube e ouço a dona Marilena Chaui dizendo: “A democracia é criação e ampliação de direitos”. Se você ver a lista de direitos que está assegurada na Constituição Soviética, você fica maravilhado. Os direitos são tantos que só um estado policial pode garanti-los.

Por outro lado, como é que asseguraram a liberdade de imprensa nos Estados Unidos? Fizeram dela um direito? Consagraram-na em lei? Não! Eles botaram na Constituição o seguinte preceito: “Este congresso não legislará sobre liberdade de imprensa”. Ou seja, nos Estados Unidos a liberdade de imprensa não é um direito de maneira alguma. Não existe uma única cláusula ali que

assegure a liberdade de opinião aqui. E por isso mesmo a liberdade de opinião existe. Se dissesse “Aqui a liberdade de opinião é um direito”, então temos que ter tribunais especializados em liberdade de opinião, temos que ter os fiscais da liberdade de opinião, e, em suma, vamos acabar com a liberdade de opinião. Os Founding Fathers foram inteligentes o bastante para entender que práticas já existentes nunca precisam ser defendidas em lei, e que não devem ser defendidas em lei — porque se você as transformar em lei elas deixam de ser uma realidade criada pela própria sociedade e passam a ser uma ação do Estado, então o Estado está na dianteira. Como é que se pode discutir seriamente com uma besta quadrada que não entende isso, que é a coisa mais óbvia do mundo? Isso é o bê-a-bá da Ciência Política. Não estou falando de uma teoria requintada. Qualquer menino que comece a estudar Ciência Política tem de entender que quanto mais leis mais controle, portanto quanto mais direitos assegurados em lei, mais controles. É difícil entender isso?

Se você chega a sociedade que praticamente não tem leis, como uma tribo de índios. Deve haver duas ou três leis que são consagradas pelo costume e que ninguém viola jamais. Tudo mais não é um direito, é uma realidade. Uma vez o Orlando Villas-Bôas contou uma história fantástica. Aliás, ele contou um monte de histórias de índio que eram uma coisa incrível. Havia uma tribo em que quando o sujeito queria comer a mulher do vizinho, ele esperava todo mundo sair pra pescar ou caçar, e ele ficava. Quando ele ficava, todo mundo já sabia o que ele ia fazer. Ele pegava a mulher e levava pra um lugar que já estava predeterminado, já era costumeiro aquele lugar lá na beira do rio tal, executava a dona e voltava pra casa. Quando os caçadores ou pescadores voltavam, a aldeia inteira, a mulherada inteira, ia contar pra eles: “O fulano saiu com a sua mulher!”. O sujeito pegava a mulher, botava dentro da oca e fazia de conta que dava uma surra nela. Ela ficava gritando “Ah, não me bata mais!”. Não estava acontecendo nada. Pronto, limpou a honra. Isso já estava acontecendo há milênios. Não havia nenhuma lei que assegurasse isso. A prática simplesmente existia pra assegurar o meio social, porque se sabe que as pessoas não prestam mesmo, vão fazer alguma coisa e vão fazer errado, e em vez de ou assegurar o direito ou defender o prejudicado, eles inventaram um jeito de acomodar a coisa. Puramente pragmático, não havia lei.

Também ele contou uma outra história: o pessoal saiu da tribo pra pescar, e ficou lá um garotinho, e o garotinho brincando com fogo conseguiu tocar fogo em toda a aldeia. Era tudo feito de palha, queimou em cinco minutos. Quando os caras voltaram e souberam daquilo, morreram de dar risada e apelidaram o garoto de “Capitão Fumaça” e ficou tudo por isso mesmo. Isso quer dizer que o garoto tem o direito de queimar a aldeia? Não, não é isso. Se você disser “Agora vamos regulamentar. Quantas ocas o indiozinho pode queimar?”. Já começa a opressão aí mesmo. Há muitas coisas que vistas de um ponto de vista posterior, já de um ponto de vista jurídico, que você denomina de direitos, mas que não eram direitos antes disso. Eram realidades da vida social. Assim, a liberdade de opinião aqui na América nunca foi um direito e não é um direito até hoje. Na medida em que começa a querer transformar em direito, ela começa a acabar.

A sociedade humana é feita desses jogos, dessas tensões. Por exemplo, a tensão entre o plano e o acaso, a tensão entre a liberdade e direito, ou entre

liberdade e ordem, o conjunto dessas tensões forma o meio de você descrever o estado da sociedade. A sociedade não pode ser descrita como uma estrutura estática, mas como um conjunto de elementos em grande parte antagônicos que num certo momento estão num certo estado de equilíbrio, e que em um outro momento estarão em outro estado de equilíbrio. Então para que existem as faculdades de Sociologia e Ciência Política se não ensinam isso?

Como falta o número mínimo de pessoas pra discutir essas coisas com a devida complexidade e seriedade, quer dizer que todas as correntes políticas estão de certo modo no mundo da lua. Por que o pessoal comunista prevalece? Eles também estão no mundo da lua. Mas eles prevalecem por um motivo que eu já expliquei: primeiro, eles têm 150 anos de tradição, e eles têm uma série de reflexos estratégicos que já impregnaram no sangue e que lhes permite, na hora H, tomar as decisões mais acertadas ou mais convenientes para eles. Isso passa de geração em geração e o sujeito não precisa ser muito inteligente para dirigir mais ou menos o curso dos acontecimentos, porque ele já tem incorporada uma tecnologia de 150 anos, meu Deus do céu!

Em segundo lugar, um motivo que eu já expliquei, o Partido Comunista é o único movimento político mundial que existe nos últimos dois séculos. Não há nenhum outro movimento político mundial. Todos os movimentos são locais e temporários. Então aquele que dura mais ganha. Está havendo uma luta de boxe, quem é que ganhou? Aquele que ficou de pé mais tempo. Não é uma questão de bater mais. É uma questão de você continuar enquanto o outro acabou. Quantos movimentos políticos já acabaram no curso do tempo enquanto o comunista continuava indefinidamente? É óbvio que ele sai vencedor. Mesmo quando acontece uma catástrofe, como a queda da União Soviética, o movimento permanece intacto, impávido colosso e até ganha com isso.

Mas para quem é baseado na Mídia, isto é, tem a Mídia popular como sua fonte de informação, pensa “Ah, caiu a União Soviética, o comunismo acabou”. Eu pergunto: não existia o movimento comunista antes da União Soviética? Ele existia oficialmente pelo menos desde 1844. Então são 73 anos. O movimento que antecedeu em 73 anos a criação de uma República Socialista certamente vai sobreviver a ela. Precisa ser muito inteligente pra entender isso? Não, mas todo mundo se acostumou a identificar comunismo e União Soviética, como se o comunismo fosse apenas um braço da União Soviética. Então a sua descrição inicial do fenômeno já está errada e as conclusões que você vai tirar a respeito também estarão erradas.

“Se ao longo de vinte anos acertei quando todos erraram, foi porque vinte anos antes disso eu comecei a estudar e meditar relações complexas e sutis entre fato, percepção, interpretação e expressão verbal.”

Eu já dei inúmeras aulas sobre isso. Como eu estava explicando sobre a questão da teoria dos quatro discursos: a inteligência humana não opera sobre os dados dos sentidos, mas sobre as imagens conservadas na memória, portanto você nunca raciocina sobre o fato bruto. Você raciocina sobre aquilo que você conservou do fato bruto. Portanto, essa primeira seleção, que vem da percepção [1:20] para a memória, é o momento crucial. Daquilo que aconteceu, quanto você guardou na memória e quais aspectos você guardou na memória?

Você tem certeza que a sua seleção ali foi a mais acertada? Então se você não volta lá atrás para corrigir a memória e reintroduzir nela aspectos que podem ter sido esquecidos na primeira seleção, não adianta você ser o cara mais inteligente do mundo e raciocinar o resto da sua vida, você vai chegar à conclusão errada. O pessoal não tem essa idéia. Eles pegam o que sobrou na memória deles ou na memória pública, na memória popular, e raciocinam exclusivamente a partir disso. Ora, a memória popular funciona na base de chavões e *slogans*, frases feitas, e quando elas se impregnam na sua mente, é difícil você se livrar delas. Você acredita que aquilo é a realidade. Não, isso não é a realidade. Isso é um produto muito elaborado de um recorte, de uma seleção que foi feita lá no início.

Há o fato, há a percepção — que já é um recorte —, e nós podemos corrigir a percepção. Como fazemos para corrigir a percepção? É preciso ter respeito pelos fatos. Respeito vem do latim *re-spicere*, quer dizer, olhar de novo: na hora me pareceu que aconteceu tal coisa, vamos olhar de novo para ver se foi isso mesmo. Então eu não estou fazendo a minha percepção se sobrepor aos fatos, estou tentando amoldar a minha percepção aos fatos tal como eles realmente aconteceram. Há limites para isso, mas se a gente não força esses limites, não conseguiremos nada mesmo.

Em seguida há a interpretação, quer dizer, você vai conectar esse fato com outros fatos que você imagina que conhece e vai tentar colocá-los numa ordem causal, explicativa, descritiva, alguma coisa assim. Aí pode-se introduzir mais erros ainda. Mas se você já pula direto da primeira experiência para a interpretação, você errará quase que certamente.

E por fim a expressão verbal. Quem garante que a sua expressão verbal é capaz de descrever até aquilo que você está pensando? Então qualquer escritor profissional sabe que a língua da qual você dispõe só diz o que você quer quando você a força a dizê-lo. A língua não vem com todos os esquemas prontos pra dizer tudo o que eu estou pensando. Então todo escritor sabe que ele tem que forçar a língua, criar novos modos de expressão, novas combinações, para poder dizer aquilo que ele quer dizer, e não apenas aquilo que ele ouviu. Quanto mais padronizada está a linguagem, menos as pessoas dizem o que elas pensam e mais elas dizem simplesmente aquilo que elas ouviram. Portanto, a margem de erro é imensa.

“Enquanto os demais colocavam esta última, isto é, a expressão verbal, no topo, e em vez de dizer o que viam, viam o que diziam.”

Isso é o efeito histórico. O sujeito diz uma coisa, ouve e daí passa a acreditar. O fato, a percepção, tudo já foi esquecido. A dificuldade de dizer é tão grande que quando ele consegue vencê-la ele acredita que ali está a verdade.

“Excluo disso os que mentem de propósito. Falo dos outros, da maioria. A educação é um processo de transmutação de uma entidade psicobiológica isolada numa peça eficiente do intercâmbio social.”

Note bem: quando você nasce, você é um bebezinho, você não tem nenhum contato orgânico com o meio social. Só um contato passivo, quer dizer, as pessoas trocam sua fralda, dão de mamar. Você, o que faz socialmente? Nada.

Você é inativo socialmente. Então a educação, que começa em casa e vai prosseguir depois na escola, vai pegar esse corpinho isolado, inerte e impotente, e transformá-lo num agente operante do intercâmbio social. É isso que a educação faz.

“99% do esforço aí despedindo são para amoldar o sujeito aos modos de agir, pensar e falar do seu grupo de referência.”

Claro, se ele não dominar esses modos de pensar e falar que são comuns ele não consegue se comunicar com as pessoas.

“Quando bem-sucedido nessa operação, o indivíduo se sente normal e integrado, seguro de si, porque ele consegue sentir como os outros, pensar como os outros, falar como os outros. O universitário aprende a falar como universitário, o jornalista como jornalista, e assim por diante. Mas quem disse que essa árdua conquista dos meios de intercomunicação fornece também ao seu portador os meios de apreender a realidade, de compreender o que se passa, de julgar as coisas com alguma probabilidade de acerto?”

O problema do alcance cognitivo da linguagem só entra em linha de conta muito mais tarde, quando começa propriamente a vida intelectual. Aí o sujeito percebe: “Bom, eu já sei falar, já sei me comunicar, eu tenho amigos, eu tenho família, eu tenho emprego etc. Agora, como eu farei para conhecer a realidade?”. Aí começa a vida intelectual. Isso quer dizer que toda educação é apenas um processo de amoldagem daquele organismo psicofísico isolado às necessidades da comunicação social e do intercâmbio social, só isto. Não tem valor cognitivo, não tem alcance cognitivo nenhum.

“Em quase todos os casos conhecidos, aquele que descobre alguma verdade tem dificuldade de fazê-la compreendida pelos seus contemporâneos porque ela não se ajusta facilmente à linguagem consagrada. As conclusões são incontornáveis: 1) depois de ter aprendido a integrar-se num ambiente, o homem de estudos tem de desviar-se dele para aprender a olhar a realidade e é praticamente impossível que aquilo que ele vai descobrir nela concida sempre com o que o meio ambiente já sabe e já tem os meios de dizer.”

Se fosse assim, você só descobriria aquilo que todo mundo já sabe, então não descobriria coisa nenhuma.

“2) quanto mais o sujeito se mostra desenvolvido e hábil em falar como os outros, portanto em ser aceito socialmente, maior é a probabilidade de que ele só enxergue o que o ambiente já enxerga, e de que fique, portanto, preso na rede das interconfirmações coletivas, incapaz de desligar-se dela para olhar a realidade por si mesmo e descobrir alguma coisa.”

Quanto mais facilmente comunicável é uma opinião mais ela concide com os modos de falar, pensar e sentir já existentes, e, portanto, com o conhecimento que já existia antes.

“A resistência do ambiente oculto brasileiro a olhar as coisas desde um ângulo inabitual é muito mais forte que o poderia ter imaginado no início. O brasileiro nunca foi grande entusiasta da busca do conhecimento, mas quarenta anos de revolução cultural gramsciana e outros fatores conseguiram imbutir na mente da meninada um núcleo empedrado de crenças mortas, de medos, de

preconceitos e até de reflexos condicionados que bloqueiam automaticamente o ingresso de qualquer informação estranha. Não se trata nem mesmo de uma ideologia, mas de um sentimento de estranheza, de suspeita, de pavor, de repugnância instintiva ao que não se compreende e não se quer compreender. Tanto que em 100% dos casos essas pessoas não discutem, não contestam, não argumentam, apenas expressam o seu sentimento e saem correndo sem esperar resposta, como que fugindo de um contágio. Quando o professor Vladimir Safatle disse que a presença do pastor Feliciano na Comissão de Direitos Humanos impedia o debate, ele mostrou com maior candura o que se entende por debate no Brasil hoje: a troca de idéias entre os concordes, um diálogo entre o amem e o sim Sr., uma troca de afagos onde a primeira voz discordante é recebida com gritos de escândalo e ainda leva o rótulo de intolerante e de avessa ao debate e de hostil às diferenças.”

É um ambiente de hospício, evidentemente.

“Mas seria ilusão pensar que o mal está na esquerda ou somente dela. Como a esquerda é há décadas a parte mais falante da sociedade, é inevitável que seus vícios e cacoetes mentais se espalhem e contaminem até mesmo aqueles que a odeiam. Quando vinte anos atrás eu falava do comunismo a uma platéia de direitistas, imbuídos da lenda reconfortante de que o comunismo tinha morrido, a reação que me ofereciam não consistia de uma discordância franca e racional, mas de um sentimento de repulsa, como se não me condenassem por um erro de lógica ou de informação, mas por uma falha moral, por uma atitude humana ofensiva, maligna.”

Eu entrei no meio daqueles reacionários e falei “O comunismo está aí e vai ferrar com todos vocês”. As pessoas ficaram todas ofendidas e alguns dizem “Então você é comunista”.

“Foi assim que mesmo as análises mais corretas e as previsões mais acertadas que apresentei dentro de duas décadas jamais encontraram uma platéia receptiva, e sem uma platéia receptiva [1:30] não poderia jamais ter se transmutado em decisões estratégicas e ações eficazes. Resultado: tudo aquilo que previ de pior acabou se realizando. Thomas Mann disse que algumas profecias não se destinam a prever o que vai acontecer, mas a impedir que aconteça. Minhas previsões poderiam ter falhado como antevistas do futuro se tivessem funcionado como advertências oportunas. Rejeitadas como advertências, realizaram-se como previsões no sentido estrito do termo. O problema com os meus ouvintes dos anos noventa foi que não queriam uma visão da realidade, queria alguém que falasse como eles, alguém que lhes soasse íntimo, como numa conversa de família.”

É o que as pessoas querem até hoje.

“Os liberais queriam doutrinas liberais, os militares, a exaltação das Forças Armadas, os cristãos, sermões do Evangelho. O que eu dizia tinha um pouco de tudo isso, mas inserido num quadro cujo objetivo não era nem enaltecer doutrinas, nem fortalecer o *esprit de corps*, nem reforçar a fé religiosa, mas simplesmente apontar o mais cientificamente possível o rumo que as coisas que estavam tomando. Do que eu dizia, cada um colhia um pedaço que lhe parecia mais familiar, ignorando ou repetindo francamente o resto.”

Então, voltando aqui ao Georg Jellinek.

“Já citei mil vezes este parágrafo de Georg Jellinek, e vou citá-lo de novo: ‘Os fenômenos sociais se dividem em duas classes: aqueles que são determinados essencialmente por uma vontade e diretriz e aqueles que existem ou podem existir sem uma organização devida a atos de vontade. Os primeiros estão submetidos essencialmente a um plano, a uma ordem emanada de uma vontade consciente, em oposição aos segundos, cuja ordenação repousa em forças bem diferentes’.

Essa distinção é crucial para os historiadores e os analistas estratégicos não porque ela seja clara em todos os casos, mas precisamente porque não o é. O erro mais comum nessa ordem de estudos reside em atribuir uma intenção consciente aquilo que resulta de uma descontrolada e às vezes incontrolável combinação de forças, ou, inversamente, em não conseguir enxergar, por trás de uma constelação aparentemente fortuita de circunstâncias, a inteligência que planejou e dirigiu sutilmente o curso dos acontecimentos.”

Hoje em dia vêm-se pessoas que acreditam que existem os mestres do mundo, os senhores do mundo: a elite bancária que controla todo o acontecer histórico do planeta Terra. Há outros que só acreditam que tudo é uma soma de fatores impessoais, de ordem econômica, geográfica etc. Não há ninguém que tente analisar o jogo dessas duas coisas.

“Exemplo do primeiro erro são Os Protocolos dos Sábios do Sião, que enxergam por trás de praticamente tudo o que acontece de mau no mundo a premeditação maligna de um número reduzido de pessoas, uma elite judaica reunida secretamente em algum lugar incerto e não sabido. AQUI

O que torna essa fantasia especialmente convincente, decorrido algum tempo da sua publicação, é que alguns dos acontecimentos ali previstos se realizam bem diante dos nossos olhos. O leitor apressado vê nisso uma confirmação, saltando imprudentemente da observação do fato à imputação da autoria. Sim, algumas das idéias anunciadas nos Protocolos foram realizadas, mas não por uma elite distintamente judaica nem muito menos em proveito dos judeus, cujo papel na maioria dos casos consistiu eminentemente em pagar o pato. Muitos grupos ricos e poderosos têm ambições de dominação global e, uma vez publicado o livro, que em certos trechos tem lances de autêntica genialidade estratégica de tipo maquiavélico, era praticamente impossível que nada aprendessem com ele e não tentasse por em prática alguns de seus esquemas, com a vantagem adicional de que estes já vinham com um bode expiatório pré-fabricado.”

Então o sujeito lê e diz: “vai acontecer assim — essa propaganda atéística —, está vendo, está acontecendo...” e disso conclui que os protocolos estão certos. Não, não é isso. É que alguém leu isso aqui (*Os protocolos dos Sábios do Sião*) e disse: “então vamos fazer isso...”, e fizeram. Façamos nós o que fizermos, a culpa será jogada nos judeus. Não é o óbvio?

“Também é impossível que no meio ou no topo desses grupos não exista nenhum judeu de origem. Basta, portanto, um pouquinho de seletividade deformante para trocar a causa pelo efeito e o inocente pelo culpado.

Mas o erro mais comum hoje em dia não é esse. É o contrário: é a recusa obstinada de enxergar alguma premeditação, alguma autoria, mesmo por trás de acontecimentos notavelmente convergentes que, sem isso, teriam de ser explicados pela força mágica das coincidências, pela ação de anjos e demônios

ou por hipotéticas “leis da história” ou “constantes sociológicas” jamais provadas, que na imaginação do observador dirigem tudo anonimamente e sem intervenção humana. As causas geradoras desse erro são, grosso modo, três:

Primeira: Reduzir as ações humanas a efeitos de forças impessoais e anônimas requer o uso de conceitos genéricos abstratos que dão automaticamente a esse tipo de abordagem a aparência de coisa muito científica.”

Você se limita a contar uma história, com o nome dos personagens, as ações etc. Bom, parece uma simples narrativa. Mas se você começa a usar conceitos sociológicos descritivos que apresentam tudo como efeito de constelações econômico-sociais, tem-se que usar uma linguagem científica, daí parece mais científico do que a narrativa.

“Muito mais científica, para o observador leigo, do que a paciente e meticulosa reconstituição histórica das cadeias de fatos que, sob um véu de confusão, remontam às vezes a uma autoria inicial discreta e quase imperceptível. Como o estudo dos fenômenos histórico-políticos é cada vez mais uma ocupação acadêmica cujo sucesso depende de verbas, patrocínios, respaldo na mídia popular e boas relações com o *establishment*, é quase inevitável que, diante de uma questão dessa ordem, poucos resistam à tentação de matar logo o problema com duas ou três generalizações elegantes e brilhar como sábios de ocasião em vez de dar-se o trabalho de rastreamentos históricos que podem exigir décadas de pesquisa.

Segunda causa geradora de erro: Qualquer grupo ou entidade que se aventure a ações histórico-políticas de longo prazo tem de possuir não só os meios de empreendê-las, mas também, necessariamente, os meios de controlar a sua repercussão pública, (...)”

Isto é, “como é que os outros verão o que eu estou fazendo?” Se o sujeito não consegue controlar isso não conseguirá controlar a própria ação.

“(...) acentuando o que lhe convém e encobrindo o que possa abortar os resultados pretendidos.”

O terceiro erro que não escrevi aqui é exatamente ignorar a interpenetração dos dois fatores. Como é que um plano traçado de maneira idealmente linear se adapta às várias linhas sinuosas que são provocadas ou produzidas por acontecimentos externos incontrolláveis ou empreendidos por outra força antagônica ou externa?

Em segundo lugar, o acontecer fortuito, a combinação anônima de fatores — aquilo que o Max Weber dizia ser o conjunto dos resultados impremeditados de nossas ações — incorpora o plano também; o plano passa a ser um dos elementos em jogo. Todo plano é uma luta contra o acaso; é uma luta para dominar o acaso, para dominar forças que não são propícias ao plano, ou, pelo menos, que não nasceram para atendê-lo, mas que nasceram para atender outra coisa.

Um plano que não seja capaz de absorver esses elementos externos e antagônicos não serve para absolutamente nada. Quando houver um plano de longo prazo, bem inteligente e bem conduzido, ele será de uma sinuosidade alucinante.

Por que o pessoal não consegue atinar com essas coisas? Porque em geral o pessoal é formado na base da ciência econômica e, sobretudo, no modelo do plano industrial — que é como você cria e põe na praça um produto (trata-se de um processo inteiramente linear).

Mas acontece que em ação política nunca é assim. A ação política nunca é como a criação e lançamento de um produto industrial ou de uma moda ou de uma grife. Nunca é assim porque o lançamento de um produto só visa a modificar a conduta do freguês num único ponto. O sujeito comprará aquele produto, adotará aquela moda e nada mais. O resto não interessa. O plano de tipo comercial-industrial é altamente abstrativo, levando em conta apenas um único ponto.

Por outro lado, planos de natureza histórico-política, às vezes, desejam mudar a própria natureza humana como um todo, modificar a estrutura inteira da política, da economia, de toda a sociedade.

Dessa forma, esse modelo não serve de maneira alguma. Para analisar isso, [1:40] deve-se ter meditado há anos quais são as modalidades da ação humana sobre outros seres humanos. Deve-se remontar a velha retórica de Aristóteles, a qual mostra a imensa complexidade de qualquer esforço para influenciar qualquer pessoa a fazer qualquer coisa.

Por exemplo, na página memorável em que Aristóteles descreve as psicologias dos vários públicos — a mentalidade dos velhos, dos militares, das mulheres, dos ricos e assim por diante —, de modo a que o orador saiba que o que ele diz vai soar de maneira diferente para esses vários grupos.

Imagine, por exemplo, quando não é somente um esforço de persuasão em um ponto, mas um esforço de uma modificação geral. Um plano estratégico dessa natureza implica toda uma concepção do mundo, um volume e um fluxo de informações quase inabarcável. Implica, ainda, continuidade do plano ao longo de gerações onde alguns dos agentes morrerão e outros entrarão no lugar. O simples adentrar dos novos agentes já modifica o plano, mas, idealmente, sem quebrar a coerência dos objetivos.

Ora, o movimento comunista tem pelo menos 150 anos de prática na continuidade de planos ao longo de muitas gerações. Esses planos não são exequíveis a não ser que se consiga a colaboração de pessoas que consentem em lutar por eles e morrer antes de ver qualquer resultado.

A simples sucessão dos agentes já é um problema. Cada geração que se substitui terá com a anterior uma relação puramente dialética e não vai continuar a fazer a mesma coisa do mesmíssimo jeito — pode tentar fazer outra coisa, pode modificar o plano inteiro.

Veja que o marxismo já mudou muito. Já assinalei isso aqui. Quando se lê o Karl Marx e ele diz que a ideologia reflete a situação de classe do indivíduo e, passados 150 anos, vem o Ernesto Laclau e diz aquela frase memorável: “a propaganda revolucionária cria a classe que em seguida ela representará”,

então o fator intelectual — o discurso — predomina sobre a estrutura de classe. Ele não reflete a estrutura de classe, mas a gera e, no entanto, há uma perfeita continuidade de pensamento marxista de uma coisa a outra. Laclau é marxista ainda.

Assim, o marxismo é inteiramente compatível com duas teorias antagônicas sobre a ideologia de classes. Enquanto ele acreditar na primeira teoria age de um jeito; agora que ele acredita na segunda vai agir de uma outra maneira, mas ainda fiel aos mesmos objetivos. É como se dissesse: “para executar o mesmo plano nós temos que mudar de ciência”. Em vez da ciência descobrir qual o interesse de classe que ele representava, nós temos de agora descobrir a ciência de como criar uma classe mediante um apelo de um discurso. Se o marxismo é compatível com essas duas posições extremas, imagine quanto ele pode ter se transfigurado, se metaforseado ao longo dos tempos e quanto ele pode ainda fazer nas gerações seguintes.

Se alguém dissesse para Marx: “olha, meu filho, nos anos 60 do século seguinte, o conflito essencial não será burguesia e proletariado: será entre homens e mulheres”. Marx — que tinha uma esposa que era um doce e que concordava com tudo que ele dizia — não iria conceber uma coisa dessas. O protesto feminista começa quando Marx era velho, em 1880. Quando escreveu o *Manifesto Comunista* (1844), ele não poderia prever isso. Se alguém o tivesse informado disso (do conflito entre homens e mulheres), ele diria que poderia aproveitar a idéia. E assim por diante.

Refiro-me somente às modificações internas do plano; não estou nem falando as circunstâncias internas que determinam as modificações. Mas quem quer entender o que está acontecendo vai ter de levar em conta essas modificações, ambiguidades e sinuosidades para chegar àquele ponto que dizia o Leopold von Ranke: “contar as coisas como elas efetivamente se passaram”.

Se não se tem a paixão de saber como as coisas efetivamente se passaram, é melhor não se meter nesse assunto. A ausência dessa paixão e, ao mesmo tempo, o desejo incoercível de interferir no curso dos acontecimentos e dar palpite são a marca da classe falante no Brasil hoje. Quando as pessoas me dizem para criar um movimento conservador, eu respondo: “você está louco! Não existe a menor condição para isso”.

Qualquer movimento político começa com opiniões soltas dadas por intelectuais que criam um novo estilo de pensar, uma nova maneira — não organizada. É uma tendência espontânea: pessoas de uma certa geração simplesmente estão cansados de certos estados de coisas então aparecem pessoas mais destacadas e começam a dizer outras coisas.

Para passar à segunda fase — a organização dos intelectuais —, já não se dão mais palpites. Os intelectuais se reúnem para ver se chegam a um diagnóstico unificado: aí já se tem um começo de um movimento político.

Nós não temos a segunda fase, nem sequer temos a primeira. Portanto, o que nós estamos fazendo não tem como finalidade um movimento político, mas é uma condição sem a qual não existirá movimento político algum; nunca.

Antes de passar às perguntas enviadas por escrito, passarei o microfone para que uma aluna faça algumas perguntas.

Aluno: É que durante essa aula de hoje eu tive vários insights, inclusive sobre um tema que pode ser o meu tema de conclusão de curso. Naquele momento da aula em que você falava sobre a concepção de democracia — como criação de direitos —, eu tive a idéia de investigar como se dá essa relação hoje no Brasil, entre o direito que é praticado pelos tribunais, pelas sentenças judiciais — especialmente do STF—, e a concepção que eles têm de democracia e o quanto essa concepção é influenciada pela mentalidade revolucionária.

Pela minha experiência de haver passado por uma faculdade de Direito, eu sei que essa idéia de criação de direitos é sempre celebrado, festejado, como se fosse um avanço das liberdades. É justamente o sentido contrário do que efetivamente acontece. Só que depois, lembrando da teoria dos quatro discursos — de que o imaginário é um material posterior conceptualização —, eu me perguntei se não seria necessário fazer uma investigação do imaginário dessa intelectualidade brasileira que permeia as universidades e que forma esses julgadores, no fim das contas.

Então, a primeira pergunta é sobre a pertinência dessa investigação do imaginário dessa intelectualidade e lembrando do que o Lionel Trilling — no ensaio “Realidade na América”, em que ele pega um autor bastante influente, que é o L. V. Parrington, o qual influenciou duas décadas de intelectuais na América; e a segunda pergunta é como fazer essa investigação, sendo que a gente vive num Brasil que nem mais é o Brasil do imbecil coletivo. O estado de degradação intelectual é tanto que eu me pergunto se pegar aqueles intelectuais da Academia seria o suficiente para tentar achar as raízes desse imaginário (...)

Olavo: Vamos responder a primeira pergunta sobre a geração e ampliação de direitos. Como isso entrou na cabeça das pessoas, tornando-se uma idéia dominante. E, a seguir, a segunda: sobre a questão do imaginário. [1:50]

A idéia da ampliação de direitos tem como origem última a ideologia da Revolução Francesa, onde se impregna — daí por diante — na boa parte da mentalidade européia a idéia de que a boa sociedade é aquela que é moldada pelo direito e pelas leis; não aquela que é simplesmente recebida do costume. Evidentemente, o predomínio do direito — ou aquilo que o Miguel Reale chamava a jurisfação da sociedade — implica, com toda a certeza, o aumento do controle estatal sobre a sociedade.

Trata-se de uma idéia intrinsecamente problemática. Acontece que os entusiastas dessa coisa da ampliação do direito nunca pararam para pensar sobre esse aspecto. Eles acreditam que o direito é uma coisa boa; que uma boa sociedade é marcada por lei e ordem e esquecem que a lei e a ordem têm de ser inventadas por alguém, por um corpo de legisladores. A partir da hora que isso é inventado, tem-se que inventar um aparato estatal para mantê-las.

Portanto, a ampliação do direito é necessariamente a ampliação do controle e isso vai criar problemas, mais cedo ou mais tarde — inevitavelmente. Outro dia, fizeram uma pesquisa (aqui nos EUA) que mostra que atualmente a população americana tem mais medo do governo que dos terroristas. O governo tem meios de ação. O crescimento dos meios de ação governamental é uma coisa fantástica e esse crescimento vem junto com a tal ampliação do direito e mais ainda outro aspecto que as pessoas não levam em conta quando eu falo meios de ação, tem-se que incluir nisso os meios materiais de ordem técnica que crescem numa velocidade espantosa.

Tais meios são caríssimos e só são acessíveis ao governo ou às grandes organizações empresariais. O cidadão comum nunca vai ter isso. Por exemplo: espionar e grampear todos os telefones, quem pode fazer isso? Somente o governo ou alguma organização bilionária. À medida que progridem as ciências mais favorecido fica o controle estatal. Os ideólogos da Revolução Francesa e da democracia no século XIX acreditavam que ia favorecer cada vez mais a liberdade. Ao contrário, fornece e favorece o controle estatal.

Por exemplo: o progresso da fabricação de armas. Quando as armas são mais complexas e mais caras, evidentemente, elas são propriedade de uma elite e do governo. O povo não tem meios de dispor disso aí. Também, há os meios de investigação, os meios de controle indireto, os meios de se manipular e se forjar a opinião pública. Todos esses meios cresceram formidavelmente nos últimos 60 ou 70 anos, não só por causa do progresso das ciências naturais, mas também das ciências sociais.

A idéia de juntar a ciência, as luzes, o progresso, a liberdade: essa síntese não existe. É uma síntese que é interiormente antagônica. No fim, a sociedade onde vigora a liberdade e a democracia terá de ser uma sociedade racional, mas se é racionalmente organizada então acabou automaticamente a liberdade. A liberdade é exatamente aquilo que é imprevisível, que não pode estar catalogado.

Não se pode esquecer que todo sistema jurídico é uma pirâmide, é uma hierarquia: não pode haver no capítulo 45 uma lei que desminta o artigo número 1, não é possível isso. A criação dessa pirâmide vai cada vez mais assimilando as formas da conduta e normatizando-as. Cada vez que se normatiza cria-se um processo de exclusão maior: de exclusão e de controle. Isso é um problema, isso é uma contradição que está na base não do conceito de democracia. Portanto, numa democracia inteligente — e saudável —, longe de ampliar os direitos ela impediria o crescimento da legislação para além do que é humanamente controlável.

Por exemplo, tome-se a legislação fiscal brasileira. Existe algum ser humano que possa dominar intelectualmente a legislação fiscal brasileira? Não, só uma entidade estatal com muitos computadores. Um dos princípios do direito no qual ninguém pode alegar o desconhecimento da lei: hoje — ao contrário —, ninguém pode alegar o conhecimento [da lei]. O conhecimento tornou-se materialmente impossível. Na medida em que o conhecimento da lei é materialmente impossível, nunca se sabe se se está dentro da lei ou não. Pode-se estar na ilegalidade sem saber.

É o que acontece com a quase totalidade da população e isso resulta do que? Da ampliação dos direitos. Se a população está fora da lei — ela já está criminalizada de antemão — resta ao governo escolher: qual desses milhões de criminosos vai punir e sobre qual vai fazer vista grossa. Tem-se um sistema de controle ditatorial dado de bandeja ao governo pela ampliação de direitos.

Esses lindos apóstolos da ampliação de direitos não têm a menor consciência desse problema — nada! —, porque pensam como crianças. É muito grave que essas pessoas sejam professores universitários, sejam juízes, tenham uma mente simplória, boboca, e fazem você embarcar em ilusões perigosíssimas.

Quanto ao segundo ponto: o estudo do imaginário. Quanto mais anormal e patológico o imaginário, mais difícil é descrevê-lo. Por isso a estrutura de uma psicose de seu fulano de tal, é dificílimo de apreender, e nós já chegamos nesse estado; a coisa não pode ser reduzida. Vamos supor: se fosse uma distorção ideológica, tem uma maioria de fanáticos ideológicos disso ou daquilo — comunistas, nazistas etc. Pode-se escrever isso aí porque uma ideologia é formulável em sentenças que expressam as crenças básicas. Quando você já entra num estado psicótico, de total descontrole da mente, como é que você vai descrever isso, se é infinitamente variado? É como descrever o caos.

Eu acho que algum esforço nesse sentido deve ser feito. Mas não é possível usar aí apenas os instrumentos das chamadas histórias das mentalidades. Terá de entrar na psicopatologia, terá de estudar o livro do Dr. Andrew Lobaczewski, pois ele lhe dá alguns instrumentos para isso. Veja, um delírio psicótico não pode ser compreendido em si mesmo; ele não tem dentro dele mesmo os princípios da sua inteligibilidade. Aquilo que poderia torná-lo inteligível é colocado fora e é estranho a ele.

Veja-se o pensamento do Vladimir Safatle — ou da maior parte dos opinadores. Não estou falando dele só porque é esquerdista — pois os de direita são a mesma coisa. O Safatle não tem o principal de sua inteligibilidade. Ele poder ser explicado desde fora como um delírio, como um erro, como uma ilusão etc. É isso que o tornará inteligível; ou seja, ele só se tornará inteligível como mentira, como erro, como loucura, não em si mesmo: ele não pode ser discutido.

Eu posso discutir uma idéia que tenha ou, pelo menos, que pretenda ter um fundamento de inteligibilidade nela mesma. Mas se ela só pode ser explicada desde aquilo que a desmente, então não pode ser explicada em si mesma. Quando o Vladimir Safatle diz, por exemplo, que “a presença de um sujeito que pensa diferente impede o debate”, eu não posso explicar isso no sentido de tornar essa idéia mais inteligível: ela não tem inteligibilidade nenhuma. Ela pode ser explicada como fruto da estupidez ou coisa assim.

Aluno: O senhor conhece o livro Churchill: The Greatest Briton Unmasked do escritor Nigel Knight?

Olavo: não, não conheço. Mas eu conheço vários livros a respeito disso, que comentam erros monstruosos cometidos pelo Churchill; erros, desumanidades

e até crimes cometidos por ele. Todos os governantes da Europa fizeram isso. Não há nem um santo ali. Mesmo quando o sujeito dá sinais de genialidade na análise e previsão dos acontecimentos, [2:00] isso não quer dizer que ele vai tomar o partido moralmente mais justo. Em certos momentos é preferível você ter um governante mal a um governante burro que não entenda nada do que está acontecendo. Acabei de contar uma coisa do Churchill: o bombardeio da frota francesa é evidentemente um ato criminoso. Note bem, o que impediu ou bloqueou a adesão de tantos militares e civis ao plano da França livre foi justamente isso aí. De Gaulle estava lançando a idéia da França livre e no dia seguinte a França livre já aparece como culpada da destruição da frota francesa e da morte de milhares de marinheiros. Ela se tornou a frota antipática no dia seguinte. Felizmente, muita gente que aderiu não estava sabendo disso.

Aluno: O que o senhor pensa da obra dos escritores Tolkien e Lewis?

Olavo: Eu não sou um grande entusiasta dessas coisas. Eu gosto vagamente, mas entendo que toda obra de ficção é eminentemente ambígua. Ela tem muitos sentidos: você pode explorar num sentido como no outro. Por exemplo, tem gente discutindo se a obra do Tolkien é ortodoxa do ponto de vista cristão ou se é herética. Eu digo que numa obra de ficção é difícil você classificar isso porque a obra não afirma nada. Pelo simples fato de ser composta de símbolos e figuras de linguagem, ela é necessariamente ambígua. O que importa é que a obra de ficção abra e fecunde a sua imaginação para que você possa conceber outras coisas de outras maneiras e não afirme uma realidade efetiva ou que ela tome partido da doutrina certa. Essas discussões são mais ou menos infundáveis; elas nunca têm conclusão. De qualquer modo, nenhum desses autores está entre os meus preferidos.

Aluno: Sobre a psicanálise, até onde o senhor estudou, as técnicas de Freud são confiáveis ou a maioria é puro fetiche e chute?

Olavo: A técnica é maravilhosa. O problema são os vários esquemas interpretativos que as várias correntes psicanalíticas usam que de certo modo criam a clientela. Você já tem um esquema interpretativo pronto. O Dr. Müller que dizia isso: o psicanalista freudiano atrai pacientes freudianos; o junguiano, pacientes junguianos etc.; de maneira que você tem uma espécie de profecia auto-realizável. A simples descoberta do inconsciente psicanalítico é uma coisa memorável.

Por exemplo, para uma vida intelectual eficiente, se você não dominou nem mesmo os mecanismos mais básicos do seu inconsciente, você está fora páreo. Se a qualquer desafio mais intenso e mais perigoso que apareça, os seus complexos soterrados no inconsciente tomam a dianteira e começa a determinar o rumo dos seus pensamentos, você está lascado. Um enfrentamento consigo mesmo sob esse aspecto do autoconhecimento dos mecanismos do inconsciente, eu acho que é quase lição número um. Não digo que você deva seguir necessariamente Freud, Jung ou este ou aquele, mas eu acho bom você conhecer um pouco de tudo isso e você saber que o tal do inconsciente existe, que é uma caixa preta.

A maior parte dos nossos mecanismos cognitivos funciona de maneira inconsciente. No instante em que você está pensando uma coisa, como um problema de matemática, você não está pensando nos processos neurofisiológicos que o levam a compreender o problema de matemática. Você não pode pensar as duas coisas ao mesmo tempo. Todo o funcionamento da nossa inteligência depende de certa harmonia entre o consciente e o inconsciente. Rompida essa harmonia, você não apenas está numa neurose, mas a sua inteligência é bloqueada porque você se torna o porta-voz dos objetivos que não são aqueles aos quais você aderiu conscientemente. Você pode estar se defendendo de fantasmas, afastando um medo, pode estar expressando algum ódio recalcado de vinte ou trinta anos que você nem se lembra. É o negócio do Dr. Müller, a mentira esquecida na qual você ainda acredita. Precisa varrer tudo isso, em primeiro lugar. Se não há um autoconhecimento, só neste sentido básico, psicanalítico e psicológico, eu acho que tanto a vida intelectual quanto a vida moral vão ser de muito baixo nível. Por exemplo, as pessoas que começam a seguir uma religião e os mandamentos etc., mas misturado com a sua fé religiosa vem todo um lixo inconsciente, o produto é muito feio.

Esses dias eu vi uma conferência da médica que falava sobre o sexo anal poder ser causa de endocardite bacteriana; parece ser um negócio estatisticamente significativo, segundo ela disse. Imediatamente, as pessoas já disseram que é anormal. Não, algo que causa uma doença não é necessariamente anormal. Estão confundindo o prejudicial à saúde, o anormal e o pecaminoso. As relações entre essas três coisas são enormemente tensionais e ambíguas. Cada caso tem de ser examinado diferentemente.

Se você diz que algo causa determinada doença, isso não quer dizer que em si mesmo seja anormal. Por exemplo, é inteiramente normal você comer o que todo mundo come em vez do que o nutricionista ou médico recomenda, e isso causa inumeráveis doenças. É inteiramente normal do ponto de vista sociológico, mas não é saudável. É pecado você comer mal e ficar doente? Não, não é pecado.

Quando o sujeito ouve que uma coisa é prejudicial à saúde, ele já tende a lançar sobre aquilo todas as invectivas e todos os adjetivos pejorativos que lhe ocorrem. Todas as qualidades negativas ficam associadas numa síntese confusa. Mário Ferreira dos Santos dizia que você começa a perceber numa síntese confusa, depois você analisa e monta uma síntese distinta. É isso que tem de fazer. O indivíduo pode ter tanto uma compulsão de sexo anal, como ele pode ter um horror instintivo a idéia de sexo anal causado por algum trauma de infância, por ter sido abusado ou coisa assim. Na hora que o sujeito começa a expor a sua opinião com uma linguagem ou filosófica ou religiosa, ele está apenas deixando o seu complexo de infância falar. Nós temos de calar a boca do complexo de infância e tentar ver as coisas como elas realmente são com toda a sua ambiguidade e toda a sua complexidade. Uma coisa não precisa ser em si mesma anormal e causar doença; uma coisa tem nada a ver com a outra. Eu até sugeri no Facebook que se vocês conseguirem comprovar essa relação, então vocês podem criar um processo judicial que proíba o Ministério da Saúde ou qualquer outro órgão do governo de fomentar essa conduta porque ela causa doença. Seria como o governo fomentar o consumo

de cocaína. Você vai proibir algumas campanhas e pode até punir algumas pessoas. Isto seria evidentemente um grande prejuízo para o movimento gayzista. Se não pode fomentar o sexo anal, o que mais resta para a gente brincar na cama com os outros homens?

Claude Levi-Strauss dizia que entre algumas tribos indígenas brasileiras havia homossexualismo juvenil, que parava quando chegavam os ritos de iniciação — quando o sujeito virava adulto —, [2:10] mas que, apesar das brincadeiras homossexuais, eles desconheciam o sexo anal. Gayzistas, vocês vão lá estudar no Xingú essas coisas para vocês brincarem. Mas essa brincadeira não pode ser fomentada. Daí naturalmente já teve gente que reagiu dizendo que nós temos de proibir o próprio sexo anal; temos de criminalizá-lo e mandar todo mundo para a cadeia. A primeira dificuldade é você descobrir quem fez sexo anal. Vamos submeter a população ao teste da farinha? Sentar na farinha. É algo que entra no domínio do ridículo e do monstruoso. Eu noto que no Brasil as pessoas preferem ter uma tomada de posição radical e emocional em vez de ter uma tomada de posição mais limitada, porém mais eficaz na prática. É viável, se comprovada cientificamente essa correlação, proibir os ministérios de fomentar uma conduta que produz doenças. É inteiramente viável. Nós queremos banir o sexo anal da espécie humana — isso vai demorar mais algum tempo. Provavelmente, depois do Juízo Final, ninguém vai praticar sexo anal — talvez continue no inferno. No inferno, acho que está liberado — com a diferença de que só os diabos comem as pessoas. Não tem troca-troca. Não adianta você ter uma tomada de posição vasta, radical e épica se você não vai fazer nada contra aquilo; se aquilo é completamente ineficiente e impossível. É bobagem; isso é frescura — e digo mais, é até veadagem.

Aluno: O senhor defende que a doutrina hindu das quatro castas pode ser aplicada com proveito no campo das ciências sociais, de modo que a história ocidental possa ser vista como uma sequência tempos finitos de poder de uma casta para a outra, o que corresponde, salvo engano, a aquilo que Julius Évola chamava de lei de regressão das castas. Como evitar no curso de tal aplicação os critérios de valor condicionados pelas necessidades cíclicas, como aconteceu com Guénon?

Olavo: Excelente pergunta. O problema com os adeptos da teoria das castas é que eles não entendem que as castas são aquilo que o Max Weber chamava de tipos ideais, que não são realidades materiais. Em primeiro lugar, você tem sociedades onde as castas têm uma existência oficial, são reconhecidas. Existem tipos de pessoas que, conforme o seu tipo, tem certos direitos e obrigações diferentes dos outros. Tem outras sociedades que são sociedades democráticas ou igualitárias, como por exemplo, no islam. No islam e nas democracias ocidentais não existe casta. Mas continua existindo os tipos humanos correspondentes às castas, que vão agir exatamente de acordo com a psicologia de sua casta. Falta entender isto: as castas são tipos ideais. Em segundo lugar, elas só se tornam realidades históricas onde elas são assumidas como tais pela sociedade. Num outro caso, elas são um componente psicológico muito sutil que está entremesclado a outras linhas causais completamente diferentes. E onde você pode identificar, por exemplo, tipos que pertencem a casta mais baixa e que estão no posto mais alto da sociedade.

Eu acho, por exemplo, que qualquer político gayzista não seja nem um shudra, mas um shandala, um pária. É uma mente confusa, composta, onde entra elementos das várias castas. Para o sujeito chegar a achar que um desejo sexual pode ser criador de direitos, é preciso estar muito louco, muito confuso mesmo; e, sobretudo, precisa que o desejo que ele tem de afirmar a autoridade e validade da sua conduta sexual se sobrepõe de tal modo a visão que ele tem do restante da sociedade que ele pouco se importa se aquela lei que ele está querendo vai demolir a sociedade inteira, e vai acabar demolindo-se a si mesmo. O cara não pensa nisso. Por exemplo, a questão de casamento gay. Eu já expliquei que um homem e uma mulher não se casam enquanto heterossexuais, mas enquanto homem e mulher biologicamente.

É o fato de serem biologicamente homem e mulher que os dá o direito de casamento, e não por serem heterossexuais. Se um sujeito homossexual quiser casar com uma mulher, ele é proibido? Não. Se um homem heterossexual quer casar com uma lésbica, ele é proibido? Não. Se o homossexual quer casar com uma lésbica, ele é proibido? Não. Portanto, a orientação sexual não tem nada a ver com o direito ao casamento. Só que, de repente, quando se fala de casamento gay, significa que certa preferência, um gosto sexual alegado — que não precisa sequer ser provado —, torna-se automaticamente fonte de um direito. Portanto, o que foi mudado é a própria noção de qual é a base ou fonte do direito.

O direito ao casamento decorre de uma condição biológica que não foi escolhida e que nada tem a ver com a preferência sexual. Um sujeito que é homem já nasce homem muitos anos antes de ele pensar em preferências sexuais. Se de repente a tal preferência sexual se tornou uma fonte de direitos, então a fonte é arbitrária porque, primeiro, não há prova da preferência, qualquer um pode alegar aquilo. Qual seria a prova de homossexualismo? Não tem. Segundo, o que é o homossexualismo? São dos homens barbudos e peludos que moram juntos? Ou é um sujeito que faz cirurgia, troca de sexo e vira mulher? Você dizer que esses dois fenômenos são o mesmo, para mim, é impossível. Eu não consigo acreditar nisso. Quando eu era jovem, era tão ingênuo que eu pensava, imaginava que o homossexualismo era sempre assim: um homem machão casado com um feminino, tipo garotinha. Eu achava isso. A gente tinha um vizinho que era um travesti e fazia um show numa boate famosa — chamava boate medieval. Ele vivia convidando a gente para ir ao show dele e a gente escapou; um dia não teve jeito e fomos lá à boate. Na hora em que eu entrei, eu vi dois homens barbudos e fortões de terno e gravata, um beijando na boca do outro. Eu olhei e perguntei: por que eles estão fazendo isso? Eu fiquei me imaginando transando comigo mesmo. Eu não consigo imaginar isso. As pessoas juntam tudo num negócio chamado LGBT — que é uma figura de linguagem e não um conceito científico descritivo — e você irá fazer leis baseadas numa figura de linguagem que pode dizer qualquer coisa. Então você já demoliu todo o edifício do direito. A idéia mesma do direito é a idéia de uma lógica normativa, onde todas as consequências têm de remeter aos princípios fundantes. De repente, você criou a lei que é arbitrária. Tem de ser assim porque a gente gosta. Você não consegue nem expressar do que você gosta. O que você é? Eu sou LGBT. Já tem quatro coisas aí, meu filho. Umas coisas são incompatíveis com as outras. Se você é um transexual, você

não pode ser um homossexual de maneira alguma, é impossível; sobretudo se você for um transexual operado que vive com uma mulher, daí é um casal lésbico. Mas não é realmente um casal lésbico porque o lesbianismo deriva de condições anatomofisiológicas de nascença: as duas nasceram mulher e as duas querem transar uma com a outra.

Se o sujeito fez uma operação para virar mulher, ele não é mulher; é uma terceira coisa. Então nem aí será homossexualismo. É um conceito elástico, enormemente confuso e que expressa apenas um desejo irracional de afirmar o seu poder e vaidade acima de toda a sociedade, ao preço de demolir todo o edifício do direito que garante, inclusive, você mesmo. Claro que estamos discutindo com um maluco. Eu acho que tudo isso aí podia ser combatido muito eficazmente, não no terreno do debate legislativo etc. Mas, vem o sujeito que leu a bíblia e descobriu que o negócio é pecado e diz que temos de falar contra o homossexualismo. Você pode falar contra o homossexualismo no terreno religioso, você vai lá ao púlpito e faz a sua pregação, mas no terreno legislativo você não pode fazer uma lei que proíba o pecado. Não dá para fazer isso, meu filho. O número de pessoas católicas e protestantes que estão fazendo essa confusão é imenso. Você quer acabar com o movimento gayzista, a legislação gayzista? Ou você quer acabar com o pecado? A idéia de acabar com o pecado, sobretudo de proibi-lo por meio estatal, é a idéia mais blasfema que existe, porque se fosse possível **[2:20]** abolir o pecado por meio da legislação, o sacrifício de Cristo teria sido inútil. Inclusive, Cristo não fez o sacrifício para abolir o pecado, mas para limpá-lo.

Para que precisa limpar o pecado se ele não existe mais? Então não precisa de Jesus, o parlamento já resolveu todos os problemas. A pessoa vem com uma idéia dessa! Eu estou com sessenta e seis anos, não tenho mais paciência. Quando o sujeito vem com uma idéia dessa eu tenho vontade de bater, não vou explicar. Eu vou bater e se você perguntar por que está apanhando, vai apanhar mais. Você vai ter de descobrir sozinho. O problema das quatro castas é esse. As quatro castas são tipos ideais. Se a sociedade assimila a idéia das quatro castas e a oficializa, automaticamente, somente as pessoas que parecem ser de determinada casta se casarão com outras que parecem ser da mesma casta e assim a casta vai adquirindo uma realidade, um perfil mais claro. Numa sociedade onde as castas só existem como tipos psicológicos, mas não são oficializadas, o que acontece? Pessoas de várias castas se casam com todas as castas e, às vezes, o predomínio desta ou daquela casta na composição mental de um sujeito pode se tornar muito difícil de você discernir. Então vira sociedade de párias. Pária é o sujeito que tem todas as castas misturadas; ora ele age de um jeito, ora de outro — que é mais ou menos a situação atual. Só de eu dizer isto, mostra o quanto essa idéia das castas é útil para a descrição da sociedade.

As castas são descritas por quatro objetivos humanos predominantes, que definem então o essencial da conduta do indivíduo ou dum grupo. Como realidade psicológica, elas existem. Por exemplo, você pode ver que a conduta racional em vista de vantagens, de obter resultados efetivos, é uma característica do *váishya* — o burguês. Você sabe que os analistas de mídia são geralmente *váishya* burgueses e eles analisam muita coisa como se a conduta fosse sempre determinada pelo cálculo de vantagens. Como um

capitalista que investe tanto para obter tal vantagem. Isso só funciona para a casta dele, as outras castas não visam isso. Por exemplo, esse pessoal gayzista não está visando nenhuma vantagem concretamente definível. Eles estão visando uma fantasia, um prazer sexual e a afirmação do valor desse prazer, que em princípio deveria reforçar para eles o próprio prazer. Então, no mínimo é uma atitude do *shudra*. O objetivo da vida dele é evitar a dor e buscar o prazer. Mas esse pessoal terá sempre a uniformidade de conduta dos *shudra*? Não, porque entram outros elementos de outras castas. Então a coisa não será coerente. Quanto mais você tem mistura de casta, mais a noção das castas é boa para você separar alhos de bugalhos.

Aluno: Como se livrar dos termos que a mídia inventa e como descobrir os mais apropriados para transfigurar...

Olavo: Eu não disse para transfigurar a realidade. A própria idéia de que nós devemos transfigurar a realidade já é uma dessas convicções da mídia. Hoje em dia, eu abro a página do Banco Itaú e diz para investir em algo porque isso muda o mundo. Está todo mundo mudando o mundo, todo mundo criando um mundo melhor. A criança com cinco anos já mudou o mundo umas quinze vezes. Você quis dizer, apreender ou compreender a realidade. Em primeiro lugar, você só use a mídia para você saber o que os jornalistas estão pensando. Eu só leio o jornal para isto: saber qual a visão ou fantasia da classe jornalística, que é uma classe influente. Ou seja, a informação que eles transmitem é duvidosa, mas não é duvidoso que eles a estão transmitindo como a estão transmitindo. Portanto, você saber qual é a mentalidade da mídia, dos jornalistas é importantíssimo para a análise de uma situação qualquer. Você só deve usar a mídia para isto. Eu não leio *O Globo* para saber o que aconteceu, mas para saber o que *O Globo* pensa e como ele está vendo as coisas. Isso em si mesmo é um fato inegável. Esta é a primeira precaução.

Segundo, você tem de buscar outras fontes. A crítica de fontes é uma das muitas disciplinas auxiliares da história. Eu sugiro que você pegue um livro de metodologia da história e estude um negócio chamado “crítica de fontes”. Isso aí pode levar algum tempo, porém vai lhe trazer uma vantagem para sempre. Eu não vou poder lhe dar nesta resposta toda a criteriologia para a distinção [das fontes]. Mas, por exemplo, a distinção entre documentos autênticos e forjados. Isso é uma disciplina auxiliar da história. Claro que isso é enormemente importante. Também a avaliação de testemunhos: quanto vale este ou aquele testemunho em tais ou quais circunstâncias. Essa é outra disciplina auxiliar da história. Se você conceder um ano da sua vida para estudar metodologia da história sob estes aspectos, você vai ganhar muito. No Brasil, existe um livro excelente para isso que é *A Teoria da História do Brasil* de José Honório Rodrigues. Eu acho um dos melhores livros do mundo sobre isso aí. É um livro não muito grande, mas ele condensa todos os problemas principais. Eu sempre digo que o jornalismo é irmão menor da ciência histórica. Os métodos, em princípio, são os mesmos, apenas aplicados com uma medida de tempo menor. Às vezes o jornalista tem de descobrir em 24h o que o historiador gastaria dois anos. É claro que ele vai errar. Mas, os critérios são os mesmos. É a busca dos documentos, dos testemunhos, a sua interpretação e expressão oral. Algum conhecimento sobre as discussões da crítica de testemunhos, da metodologia histórica, a pessoa tem de ter. Eu não conheço

um único jornalista que conhece. Eu estou nessa porcaria de profissão desde os 17 anos de idade. Estou completando meio século de jornalismo. Eu não nunca vi um jornalista se interessar por essas coisas, a não ser este que vos fala. Por que todo mundo sabe fazer as coisas tão facilmente? Por que só eu percebo dificuldades? Será que eu sou burro e os outros devem ser inteligentes? Deve ser. Quando eu era moleque, tinha esse complexo de ser burro. Meu filho Davi também tinha — tanto que a primeira vez que ele passou de ano, ele não acreditava que tinha passado. Ele dizia: “eu consegui, eu consegui”. Então, eu vou parar por aqui porque não dá mais tempo de responder perguntas hoje.

Transcrição: Gabriela Marotta, Aline Ribeiro Borges, Gyordano Montenegro Brasilino, Alerrandro Leal Farias e Evandro Santos de Albuquerque.

Revisão: Éricson Rojahn